

METRO 12 ABR 2013

Juiz pede cautela no Caso Evangélico

Análise. Ainda não é possível dizer se haverá júri popular. Oito réus estão envolvidos no processo. Só de acusação, são 28 testemunhas

O juiz Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, da 2ª secretaria privativa do Tribunal do Júri, que analisa o Caso Evangélico sobre a suposta antecipação de mortes na UTI Geral do hospital, afirma que é preciso ter cautela nesse processo. “Toda calma é importante para a decisão soberana, seja o encaminhamento ao plenário ou tomar outra decisão. Também podem surgir outros processos da mesma situação”, disse em entrevista ao **Metro**.

O caso segue sob sigilo judicial e, segundo ele, ainda é muito cedo para saber quando será julgado e se vai a júri popular.

“É preciso aguardar que todos os acusados apresentem as suas defesas. Em seguida, o processo vai com

“É um caso que precisa ter cuidado. A divulgação das informações tem um componente emocional muito grande, envolve pessoas que perderam a vida, médicos e um hospital que todos conhecem.”

DANIEL RIBEIRO SURDI DE AVELAR, JUIZ

vista ao Ministério Público por cinco dias. Aí volta e fica mais dez dias com o juiz para os requerimentos feitos, a aprovação das provas e depois a designação da audiência de instrução e o julgamento do caso”, explicou Avelar.

Além da médica Virgínia Soares de Souza, outras sete pessoas foram denunciadas. Somente de acusação, de acordo com o juiz, são 28 testemunhas.

Ele conta ainda que, por

causa da quantidade de documentos - são em torno de 46 volumes e cada um tem 220 folhas - teve que fazer uma cópia de segurança. “Envolve um elevado número de réus. É um processo que foge dos casos comuns daqui do Júri. Normalmente é um crime e apenas um réu e, em regra geral, são dois ou três volumes.”



Juiz diz que ainda é cedo para falar sobre julgamento

12 ABR 2013

METRO

Defesa quer exumação dos corpos

O advogado da médica Virginia, Elias Mattar Assad, disse ontem que vai pedir a exumação dos sete corpos do que o Ministério Público classifica como homicídios. Segundo ele, o objetivo é para comprovar a inexistência de fato criminoso nas mortes.

A defesa preliminar foi entregue ontem à tarde à Justiça. "Na primeira parte falamos de questões processuais como a ilegalidade das escutas telefônicas, o crime da falsa perícia pela troca do verbo raciocinar por assassinar e a apreensão dos prontuários originais sem deixar cópias", contou Mattar Assad.

Ele também entregou à Justiça duas cartas. Uma delas foi divulgada à imprensa e revela que um grupo paulista que atua em educação superior e Engenharia teria interesse em adquirir o Evangélico. Esse grupo, sabendo das dificuldades financeiras da instituição, teria influenciado as investigações para que assim provocasse um escândalo e conseguisse comprar o hospital por um preço menor.

O nome da pessoa que escreveu a carta não foi divulgado, mas, segundo o advogado, ela deve ser usada como uma testemunha sigilosa da defesa.

A Polícia Civil do Paraná disse que não vai se pronunciar sobre essas declarações.

"Vamos provar que todas as pessoas que passaram pela UTI e foram a óbito tiveram a óbito em qualquer UTI do mundo. Elas receberiam a mesma medicação nas doses que foram ministradas."

ELIAS MATTAR ASSAD, ADVOGADO

12 ABR 2013

METRO

Prefeitura entrega relatório sobre dívidas para o MP

O procurador-geral de Curitiba, Joel Macedo Neto, entregou ontem ao MP-PR (Ministério Público do Paraná) um relatório apontando uma dívida de R\$ 571,1 milhões deixada pela gestão anterior, dos quais R\$ 403 milhões não teriam previsão orçamentária.

Os papéis ficaram a cargo da Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, que determinou a análise do material. "São milhares de documentos. Teremos que examinar quem eram os ordenadores de despesas, a rede de responsáveis, para, se for o caso, definir as pessoas a serem chamadas a prestar esclarecimentos", explicou o promotor Paulo Ovídio dos Santos Lima.



Restos a pagar foram os maiores da história, diz prefeitura | EVENSON BRESSAN/SMCS

Defesa

Em nota, o ex-prefeito Luciano Ducci (PSB) afirmou que entregou a prefeitura com R\$ 416 milhões em caixa. Ele ainda disse que há "imprecisão ou mani-

pulação nos números que são divulgados pela administração", garantindo que as contas em sua gestão foram aprovadas em todas as instâncias.

Ministério Público fará ato público contra a PEC 37

Os MP-PR fará hoje, em sua sede no Centro Cívico, um ato público em repúdio à PEC 37, que reduz o poder de investigação do órgão. Estarão presentes, diz o MP, integrantes do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, OAB, Fiep, ACP, universidades, igrejas e sindicatos.

Ontem, o Tribunal de Contas emitiu nota contra a PEC. "Ela vai reduzir em muito a investigação de delitos especiais mais graves, como os de natureza financeira", disse o procurador geral do Ministério Público de Contas (MPC), Elizeu de Moraes Corrêa.

12 ABR 2013

METRO

Discussão urgente

Impunidade. Morte de estudante por menor de 17 anos durante assalto em São Paulo reacende polêmica sobre a maioria penal no Brasil •

O assassinato do universitário Victor Hugo Deppman, de 19 anos, na quarta-feira, por um jovem de 17, na zona leste de São Paulo, reacendeu a discussão sobre a maioria penal no país.

Há pelo menos 20 anos, o Congresso tenta, sem sucesso, mudar a lei para punir com mais rigor menores que cometem crimes. Atualmente, três PECs (Propostas de Emenda à Constituição) estão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em estágio avançado, aguardando apenas uma votação, antes de seguir para o plenário. Os projetos preveem a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, mesma idade usada em países como Portugal, Cuba, Argentina e Chile, por exemplo. A nova lei seria aplicada para crimes como homicídio e tráfico.

A mudança gera controvérsias. A comissão de Juristas que elaborou sugestões para o novo Código Penal não chegou a um consenso sobre a mudança.

O artigo 228 Constituição de 1988 declara que "são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos". A punição de menores é definida pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), criado em 1990. O estatuto fixa seis modalidades de medidas socioeducativas, que vão desde advertência até a internação em centros de reeducação. Mas nenhum menor pode ficar preso por mais de 3 anos.


Questionado ontem sobre a morte do universitário, o governador Geraldo Alckmin disse que o PSDB vai preparar um projeto com o objetivo de alterar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), tornando

do mais duras as punições a menores. De acordo com ele, o projeto será encaminhado em 15 dias ao Congresso Nacional.

"Mais uma vez, é um menor, que daqui a alguns dias vai completar 18 anos (ele completa 18 anos hoje). Vai sair com a ficha limpa, embora seja um caso grave e reincidente".

Entre as mudanças propostas na legislação pelo governador está a de que, após completar 18 anos, o jovem sentenciado por crime violento tenha de cumprir o restante da pena em uma unidade do sistema penitenciário.

O advogado e vereador Ari Friedenbach, pai da jovem Liana, morta em maio de 2003 por um menor, defende a responsabilização penal de criminosos que tenham consciência do que fazem, independente da idade. Ele afirma que seria possível fazer essa análise a partir da avaliação de uma equipe de profissionais

Para ele, isso seria mais eficiente do que a redução da maioria penal. Ele lembra que quando a filha foi morta, há quase 10 anos, ouviu que não seria bom legislar no calor das emoções, mas até hoje nada foi feito. 

Pela redução

'É uma questão de segurança'

É uma questão de estatística. Os homicídios e latrocínios causados por menores infratores têm aumentado. Não é apenas mais do ponto de vista moral que essa discussão deve ser tratada, mas sim, de segurança pública. A idade de 14 anos para redução acho excessiva, mas 16 anos é razoável. No entanto, há um lobby forte contra a redução. Mas esses crimes têm falado mais alto e a discussão será levada inevitavelmente ao Congresso Nacional. É um assunto premente.



CELSO BÓRIA
Ex-ministro da Justiça e ex-ministro do STF

Contra a redução

'Reduzir a idade não resolve'

É uma ilusão reduzir a maioria penal. Somos favoráveis a mudanças no ECA. Em vez da pena máxima de 3 anos, ela pode ser ampliada. O juiz poderia acompanhar periodicamente o comportamento do menor infrator. Na cadeia, com os demais presos, ele fará um doutorado em criminologia. O que é preciso é cobrar o Estado e a responsabilização da família. Daqui a pouco se reduz para 12 anos, depois para 10. Onde vamos parar? Reduzir a idade não resolve.



RICARDO CABEZÓN
Presidente da Comissão do ECA da OAB-SP

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Decisão do

STF pode

enfraquecer

a PEC 37

Duas ações que contestam o poder de investigação do Ministério Público estão em fase final de julgamento.

Maioria dos ministros já indicou ser favorável à promotoria

¶ Associações e entidades ligadas ao Ministério Público aguardam para as próximas semanas decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre dois processos que pedem a anulação de investigações realizadas por procuradores e promotores. A expectativa é que a corte tome uma decisão favorável ao trabalho da promotoria, o que enfraqueceria no Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, que retira do m o poder de investigação do MP. Atualmente, 39 ações em tramitação no STF pedem a anulação de apurações realizadas por procuradores e promotores do país.

Embora a expectativa das associações e de que a análise das ações seja finalizada em breve, no Supremo

a avaliação é de que a análise final dos processos ficará para o segundo semestre. Nas duas ações, porém, a maioria dos ministros já votou pela possibilidade de atuação do MP em casos de investigação, um indicativo de qual deverá ser o entendimento da corte.

Um dos processos, julgado desde 2007, refere-se a um pedido de habeas corpus apresentado pela defesa do empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra — acusado de ser o mandante do assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel. O advogado do réu argumenta que a apuração foi inconstitucional por ter sido realizada apenas pelo MP.

A segunda ação contesta a validade de investigação realizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, num processo de crime de responsabilidade fiscal. Esse caso teve repercussão geral reconhecida, ou seja, a decisão que será tomada pelo Supremo criará jurisprudência para outras situações semelhantes.

“Nós estamos pedindo à Suprema Corte que delibere o quanto antes sobre o poder de investigação do MP, para

que a decisão possa iluminar a percepção do Congresso na votação sobre esse tema”, afirmou o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camacho.

Favorável

Nó ano passado, o STF já tomou uma decisão favorável ao Ministério Público. A maioria dos ministros considerou válida investigação realizada pelo MP contra seis vereadores do município de Ribeirão das Neves (MG) suspeitos de receberem propina.

CONTINUA

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONTRÁRIOS

Confira as autoridades paranaenses que já assinaram a moção contra a PEC 37:

Beto Richa
governador do Paraná

Clayton Coutinho de Camargo
presidente do
Tribunal de Justiça do
Paraná

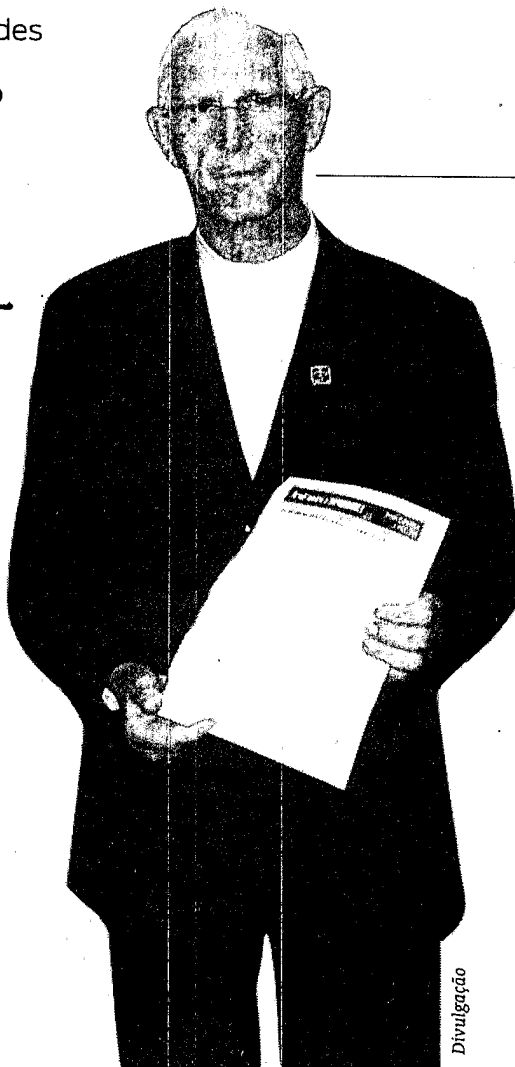
Gustavo Fruet
prefeito de Curitiba

Cezar Silvestri
secretário de Governo

Fernanda Richa
secretária da Família e
Desenvolvimento
Social

**Maria Tereza Uille
Gomes**
secretária da Justiça e
Cidadania

Flávio Arns
vice-governador do
Paraná



Divulgação

Mario Celso Cunha
secretário Estadual da
Copa do Mundo

Dom Moacyr Vitti
(foto)
arcebispo metropolitano
de Curitiba

Alvaro Dias
senador

Rubens Bueno
deputado federal

Eduardo Sciarra
deputado federal

Osmar Serraglio
deputado federal

Valdir Rossoni
presidente da
Assembleia Legislativa
do Paraná

Ney Leprevost
deputado estadual

Ater Cristófoli
presidente do
Observatório Social
do Brasil

Manifestação pró-MP lota auditório em Londrina

Políticos, representantes do Ministério Público (MP) e da sociedade civil lotaram ontem a sede do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina e Região (Sincoval) para protestar contra a PEC 37, que tira o poder de investigação do MP. A reu-

nião também contou com a presença do prefeito de Londrina, Alexandre Kireeff (PSD), e do presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP), Moacir Sgarioni. O objetivo do encontro era conscientizar a população sobre as implicações da proposta de emenda constitucional e coletar assinaturas contra a aprovação do projeto. Se a medida passar, somente a polícia poderá realizar investigações no Brasil.

Ato Público

Ocorre hoje em Curitiba um ato público contra a medida. O evento será na sede do Ministério Público estadual a partir das 10 h. Durante a semana, foram realizadas manifestações contrárias à PEC em diversas cidades do Paraná. As ações fazem parte de uma mobilização nacional que pretende alertar a sociedade sobre os riscos da PEC 37.

RHODRIGO DEDA

O Coro da Multidão

Contra a PEC da Impunidade

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Procuire imaginar um único motivo relevante para impedir que o Ministério Público possa promover investigações criminais. Mesmo que você se esforce, prezado leitor, dificilmente vai encontrar. Esse é o drama daqueles que estão se mobilizando em silêncio para aprovar no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição N.º 37 — também conhecida como PEC da Impunidade —, que pretende proibir o Ministério Público de instaurar investigações penais.

Boa parte dos argumentos dos que defendem a medida soa infantil. Tem gente que justifica a aprovação da PEC dizendo que “é uma questão de disputa política entre delegados e promotores, apenas uma questão de ego”. Outros justificam com argumentos “quase-técnicos”: “a PEC vai acabar com a ambiguidade deixada pela Constituição Federal”. Para esses, como a Constituição não declara expressamente o poder de investigação do Ministério Público, ele não existiria. Há também os que usam de argumentos perversos e afirma que ao extirpar o poder investigativo “os promotores não poderão querer governar os prefeitos do interior”, numa tentativa de dizer que o tratamento da promotoria é mais rigoroso que a realizada na capital.

O curioso é que nenhum desses argumentos toca no essencial — o interesse público fundado na necessidade de controle e fiscalização. Qual malefício para a democracia trará permitir ao MP conduzir investigações criminais? Qual razão há para reduzir os órgãos de fiscalização e controle? Se há conflitos entre delegados e promotores, isso deve ser resolvido com prudência e espírito conciliador, sem que seja necessário reduzir o aparato investigativo do país.

Do ponto de vista prático, percebe-se que o Ministério Público tem se mostrado eficiente na investigação de crimes complexos, especialmente os do colarinho-branco. O órgão possui recursos materiais e humanos necessários para investigações sofisticadas. Seria contraproducente conceder somente às polícias a possibilidade promover inquéritos policiais. Ao fazer isso, o legislador estaria limitando de forma irracional o poder do estado para investigar e punir crimes. A existência de diversos órgãos de fiscalização e controle — como a Controladoria Geral da União, a Receita Federal, os Tribunais de Contas, entre outros — possibilita evitar que crimes de corrupção e enriquecimento ilícito fiquem impunes.

Não há utilidade alguma para a sociedade impedir que o MP conduza inquéritos penais. Mas certamente há quem vá se beneficiar dessa proibição. Os maus políticos terão o caminho facilitado para continuarem seus intrincados arranjos para desviar recursos públicos.

Uma certa classe política acostumada à impunidade está bastante assanhada para aprovar a PEC 37. E é por isso que o momento exige atenção e mobilização social. É preciso que os cidadãos permaneçam alertas e procurem saber o que pensam seus representantes no Congresso

Nacional. Muitos deles vão dizer que estão indecisos ou que esperam orientação do partido. Mas o momento é de assumir a responsabilidade de dizer que país cidadãos e políticos desejam.

Os políticos precisam assumir uma posição clara sobre a PEC. E os cidadãos precisam ser enfáticos em demonstrar que desejam que seus representantes derrubem uma proposta equivocada. Dada a relevância da votação que está para ocorrer, o melhor é ficar de olhos bem abertos e pressionar os parlamentares para que votem contrários a PEC. Para isso há excelentes instrumentos — os cidadãos podem usar e-mail, fax, fazer telefonemas, ou mesmo assinar a petição do MP contra a PEC da Impunidade (<http://chn.ge/YM42wo>).

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Ministério Público do Paraná vai investigar dívida deixada por Ducci

Equipe de Fruet acusa ex-prefeito de não prever no orçamento deste ano o pagamento de R\$ 403 milhões referentes a despesas de 2012

Karlos Kohlbach

O Ministério Público do Paraná vai investigar as contas da prefeitura de Curitiba e um possível ato de improbidade administrativa e desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) cometido pelo ex-prefeito Luciano Ducci (PSB) durante sua gestão. Ontem, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, recebeu um relatório feito pela equipe do prefeito Gustavo Fruet (PDT) que aponta que Ducci gastou R\$ 403 milhões, sem fazer qualquer previsão de pagamento no orçamento deste ano. Se confirmada, a acusação pode resultar numa ação criminal.

O relatório entregue ontem pelo procurador-geral do município, Joel Macedo Neto, mostra que a gestão de Ducci contraiu uma dívida de R\$ 571 milhões em 2012. No entanto, só foram previstos no orçamento deste ano o pagamento de R\$ 167,4 milhões. Isso signifi-

ca que não foram incluídos R\$ 403 milhões no chamado "restos a pagar" — despesas que ficam para serem pagas de um ano para o outro.

Segundo o documento, Ducci autorizou 2.295 despesas, que geraram um crédito a 433 fornecedores, mas não previu o pagamento no orçamento deste ano. O maior problema, diz Macedo Neto, é a falta de previsão de pagamento "que pode resultar em infração criminal".

Dos R\$ 167,4 milhões inscritos nos restos a pagar, a atual administração já liquidou R\$ 74,4 milhões, restando ainda R\$ 92,9 milhões a serem quitados. A maior dificuldade, segundo o procurador do município, é em relação ao pagamento dos R\$ 403 milhões restantes.

A promessa da administração municipal é quitar essa dívida até o fim do mandato de Fruet. "O prefeito já determinou uma redução de 15% dos custos da administração e que os contratos vigentes estão sendo reavaliados", disse Macedo Neto.

Crime

Advogado tributarista de São Paulo, Gabriel Prado Amarante de Mendonça diz que, se confirmada a autorização de despesa sem a previsão de empenho no orçamento, como sugere o relatório da equipe de

Fruet, Ducci ou o secretário de Finanças na época pode responder pelo crime de "inscrição de despesa não empenhada em restos a pagar". A pena, segundo Mendonça, é de seis meses a dois anos de prisão.

Outro fator levantado pelo tributarista é um possível desrespeito à LRF em relação ao limite de endividamento público. "A dívida sem previsão orçamentária pode ultrapassar esse limite e gerar responsabilidade do gestor público", disse. "O Senado Federal tem uma resolução que limita o teto do endividamento em 120% da receita líquida. Ou seja, se a arrecadação anual é de R\$ 100 milhões, por exemplo, o município pode ter dívida de até R\$ 120 milhões", completou.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Ex-prefeito questiona dados e acusa Fruet de maquiar números

O ex-prefeito de Curitiba Luciano Ducci (PSB) questionou os dados apresentados no relatório elaborado pela equipe do prefeito Gustavo Fruet (PDT) e acusou a atual administração de "maquiar os números e confundir a opinião pública". "Existe realmente uma grande imprecisão ou manipulação nos números que são divulgados pela administração do pedetista", disse Ducci em nota.

O ex-prefeito afirmou que, quando tomou posse, Fruet encontrou o município com R\$ 416 milhões em caixa – diferente do que foi dito ontem pelo procurador do município Joel Macedo Neto, que afirmou haver cerca de R\$ 200 milhões, o suficiente para cobrir apenas os custos do mês de janeiro. O ex-prefeito disse ainda que a própria secretária municipal de Finanças, Eleonora Fruet, reconheceu, durante uma apresentação na Câmara de Curitiba, que a prefeitura tinha esse valor em caixa no início do ano.

A assessoria de Fruet negou distorções nos dados apresentados por Eleonora e pelo relatório. Segundo a assessoria, Eleonora apresentou um balanço parcial na Câmara, por isso os números são diferentes. Sobre o dinheiro em caixa, a atual gestão reconheceu ter recebido a prefeitura com R\$ 416 milhões em caixa. No entanto, desse valor, apenas R\$ 247 milhões eram da administração direta. O restante estava no caixa da administração indireta – autarquias e empresas públicas.

12 ABR 2013

EMPENHO

é a sinalização (mas não uma garantia) de que o pagamento de uma despesa realizada junto a um órgão público vai acontecer. Significa o início da relação contratual entre a prefeitura e o fornecedor, por exemplo. A liquidação ocorre após a realização da despesa, quando há comprovação de que a obra ou serviço foi realizado. É quando a autoridade assume a obrigação do pagamento.

"Existe realmente uma grande imprecisão ou manipulação nos números que são divulgados pela administração

Gustavo Fruet. Diante dessas distorções fabricadas pelo atual prefeito e sua equipe, não me cabe ficar fazendo guerra de versões pela mídia."

Trecho da nota divulgada pelo ex-prefeito Luciano Ducci.

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Ministro do STF recua e autoriza o pagamento parcelado de precatórios

Por decisão do ministro Luiz Fux, o Supremo Tribunal Federal determinou que os Tribunais de Justiça do país retomem o pagamento parcelado dos precatórios (títulos de dívida reconhecidos judicialmente). A prática foi considerada inconstitucional pelo próprio STF há menos de um mês. Como vários tribunais simplesmente pararam de quitar as dívidas, a OAB requisitou a manutenção dos parcelamentos que já estavam sendo pagos, o que foi acatado liminarmente por Fux. A questão ainda será analisada em plenário.

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Ministro do STF manda retomar o parcelamento de precatórios

Decisão de Luiz Fux permite aos estados e municípios pagar dívidas em parcelas até decisão do plenário do Supremo

Depois do Supremo Tribunal Federal (STF) julgar inconstitucional o pagamento parcelado de precatórios, o ministro do Luiz Fux determinou ontem aos tribunais de todo o país que retomem a prática. A decisão vale até que a corte do STF determine como deverão ser pagas as dívidas.

Os precatórios são títulos da dívida que os governos emitem para pagar quem ganha na Justiça demandas contra o Poder Executivo. Esses títulos são pagos de acordo com uma fila, que pode durar anos. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estados e municípios brasileiros devem R\$ 94,3 bilhões em precatórios.

Em março, o STF julgou inconstitucional o regime especial de pagamento de precatórios, mas não determinou se as dívidas antigas seriam atingidas pela decisão e se, a partir de agora, os precatórios deveriam ser pagos integralmente no ano seguinte ao reconhecimento da dívida na Justiça.

Em seu voto durante o julgamento, Fux rechaçou a tese cogitada por outros ministros de que os estados e municípios teriam dificuldades em pagar integralmente as dívidas em parcela única. Agora, provocado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que havia pedido o fim dos pagamentos parcelados, Fux determinou a retomada do pagamento que o STF julgou inconstitucional.

A sistemática julgada inconstitucional permitia que os estados parcelassem as dívidas em até 15 anos. Estados e municípios teriam de comprometer entre 1% e 2% da receita líquida com o pagamento dessas dívidas.

Ameaça de greve

Depois da decisão do Supremo, alguns estados suspenderam o pagamento de precatórios. Mesmo quem estava sendo pago de forma parcelada parou de receber. Em alguns estados, a suspensão gerava riscos de greve, pois algumas dívidas trabalhistas eram pagas por meio de precatórios e de forma parcelada.

“Até que a Suprema Corte se pronuncie sobre o preciso alcance de sua decisão, não se justifica que os Tribunais Locais retrocedam na proteção dos direitos já reconhecidos em juízo”, diz Fux.

“Determino que os Tribunais de Justiça de todos os estados e do Distrito Federal deem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo STF”, finalizou.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 ABR 2013

NO VERMELHO

Os municípios brasileiros juntos devem cerca de R\$ 23 bilhões em precatórios. No Paraná, o valor é de R\$ 432 milhões.

LADOS OPOSTOS

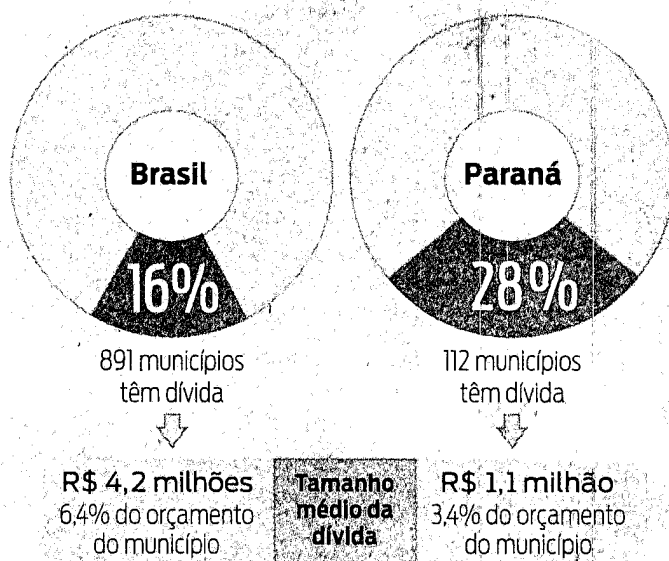
Capitais vivem situações inversas

Entre as capitais brasileiras, São Paulo é a que possui as maiores dívidas em precatórios. A metrópole paulistana tem 52% do seu orçamento comprometido. O prefeito da cidade mais populosa do país, Fernando Haddad (PT), já declarou que a dívida em precatórios é "preocupante" e pode comprometer a capacidade de investimentos do município.

Salvador e Belo Horizonte, com dívidas que correspondem a 12% e 8% dos respectivos orçamentos, também preocupam.

O Rio de Janeiro vive situação inversa. O município tem uma dívida considerada plenamente administrável: R\$ 39 milhões, ou 0,22% do orçamento municipal. Porto Alegre deve R\$ 750 mil, cerca de 0,02% das suas receitas. Curitiba aparece com valores considerados "aceitáveis". Deve R\$ 132 milhões, cerca de 2% do seu orçamento anual.

Municípios com precatórios



Principais devedores

Municípios mais comprometidos com precatórios

	Porecatu Paraná	São José das Piranhas Paraíba	Peixoto de Azevedo Mato Grosso
População	14.060	19.190	31.170
Orçamento	R\$ 22 mi	R\$ 23 mi	R\$ 45 mi
Valor do precatório	R\$ 30 mi	R\$ 17 mi	R\$ 31 mi
Relação entre orçamento e precatório	133%	73%	69%

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dívidas dos municípios do Paraná somam R\$ 432 milhões

Os municípios paranaenses devem juntos R\$ 432 milhões em precatórios, títulos de dívida dos governos reconhecidos judicialmente. O valor é similar a todo orçamento anual de Cascavel, quinta maior cidade do Paraná, com população de 206 mil habitantes.

Os valores constam no estudo "O Pagamento dos Precatórios pelos municípios", organizado pela Associação Transparência Municipal (ATM). De acordo com o trabalho, que é baseado em dados de 2011, 112 cidades paranaenses (28% do total) devem algum precatório. No Brasil, são 891 municípios brasileiros (16% do total) com alguma dívida dessa natureza.

A situação atinge desde Fernão, município paulista com 1,5 mil habitantes, a São Paulo, cujo montante de precatórios bate na casa dos R\$ 17 bilhões, comprometendo mais da metade do orçamento da maior cidade do país.

Segundo o economista da ATM François de Bremaeker, responsável pelo estudo, o percentual de dívidas com precatórios aumenta conforme o tamanho do municípios. "As dívidas são mais comuns e comprometem mais o orçamento das cidades maiores. Quanto mais urbanizado, maior a necessidade de desapropriações e maior a chance de um processo virar precatório", explica.

Cidade pequenas

As cidades pequenas, porém, não estão livres das dívidas. A prefeitura que tem a pior relação entre orçamento e precatórios do país é Porecatu, município de 14 mil habitantes localizado na Região Norte do Paraná (veja matéria acima). Além de Porecatu, outras 66 cidades paranaenses com menos de 20 mil habitantes têm pendências com precatórios.

Bremaeker diz que o Supremo Tribunal Federal terá de definir nova metodologia para pagamento das dívidas — decisão de ontem do ministro Luiz Fux permitiu que o pagamento continue a ser parcelado até que a corte tome uma decisão final. "Exigir o pagamento imediato é inviável. O prefeitos não vão pagar. E aí o que vai ser feito? Vão afastar judicialmente o prefeito e colocar um interventor pra ele ficar com o abacaxi na mão?", questiona o economista.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Porecatu tem
dívida maior do
que o orçamento

12 ABR 2013

¶ Porecatu, no Norte do Paraná, tem mais dívidas reconhecidas judicialmente (precatórios) do que o orçamento anual do município. Em 2011, a dívida era de R\$ 30.063,181, enquanto a receita municipal foi de R\$ 22.579.559, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

A maior parte da dívida refere-se a uma ação trabalhista do Sindicato dos Servidores Municipais de Porecatu (Aserp), ajuizada em 1991, de acordo com o procurador jurídico do município, Jonatas Dias. Segundo ele, o município deve mais de R\$ 20 milhões aos servidores. Apenas para um servidor, o município, de menos de 15 mil habitantes, deve mais de R\$ 180 mil em salários e abonos.

“Esse valor é mentiroso. Temos a certeza que ocorreu um erro de cálculo nesses precatórios. É certo que houve uma fraude”, afirma o procurador jurídico. Segundo ele, a administração municipal contratou uma empresa, no fim do ano passado, para revisar todos os números apresentados.

O prefeito Walter Tenan (PSDB) diz que o município não tem recursos para pagar o valor do precatório. “Se pagarmos esse valor [R\$ 30 milhões] de precatórios vamos sumir do mapa. O município quebra. Demoraríamos 100, 200 anos para pagar, e não poderíamos investir em nada”, reclama.

“Se pagarmos esse valor [R\$ 30 milhões] de precatórios vamos sumir do mapa.”

Walter Tenan, prefeito de Porecatu.

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» TRÁFICO DE PESSOAS

CPI investiga adoções em mais cinco cidades

US\$ 9 MIL

de remuneração era o quanto recebia um dos representantes da ONG Limiar para cada criança enviada para o exterior, conforme dados da CPI.

Além do caso sob suspeita em São João do Triunfo, mais crianças teriam sido adotadas irregularmente em outras regiões do Paraná

Patricia Pereira

¶ Outras cinco cidades do interior do Paraná tiveram casos de adoções internacionais irregulares, informou ontem o vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas, deputado federal Fernando Francischini (PEN-PR). Além dos sete irmãos de São João do Triunfo, que foram adotados por uma família norte-americana por intermédio da ONG Limiar, outras crianças teriam passado por situação semelhante entre 1999 e 2012.

O nome das cidades ainda é mantido em sigilo, para não atrapalhar as investigações. "Estamos analisando os documentos, mas a suspeita é de vários casos em cada cidade", declarou o deputado.

Além do Paraná, a CPI investiga adoções ilegais mediadas pela ONG em São Paulo e Pernambuco.

Documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa do representante da ONG, Audelino de Souza, conhecido como Lino, e o depoimento do suspeito foram repassados para a CPI. Lino foi ouvido quarta-feira e alegou inocência, afirmando que o dinheiro recebido com as adoções vinha de doações. Segundo Francischini, Audelino chegava a receber US\$ 9 mil de famílias norte-americanas em troca das crianças.

A ONG não tinha autorização para intermediar adoções de crianças brasileiras por pais norte-americanos desde 1999, quando o Brasil assinou a Convenção de Haia, que regulariza o processo. De acordo com a CPI do Tráfico de Pessoas, no entanto, há indícios de que a ONG mediu adoções nesse período. Os irmãos de São João do Triunfo foram adotados em 2005.

Nos próximos dias, a CPI deve visitar a embaixada dos Estados Unidos em Brasília para pedir cooperação do governo americano nas investigações. Membros da comissão também virão a Curitiba para uma audiência pública na próxima quinta-feira.

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» MORTES NA UTI

Defesa de médica fala de complô contra Evangélico

Advogado apresenta defesa de Virgínia Soares de Souza e diz que grupo paulista quis desmoralizar hospital para depois comprá-lo

Osny Tavares

■ O advogado da médica Virgínia Soares de Souza, acusada de provocar a morte de pacientes no Hospital Evangélico de Curitiba, entregou ontem a defesa preliminar à Justiça. O objetivo é demonstrar que a ex-chefe da UTI não tinha benefício financeiro em caso de óbito e a consequente desocupação de leitos. A própria denúncia apresentada pelo Ministério Público (MP) não apontou ganho material para a médica ou sua equipe. O motivo das mortes foi "torpe", para fazer "a UTI girar", diz a acusação.

"A única justificativa é tachá-la de psicopata. Mas para que isso [as mortes provocadas] acontecesse, ela teria de ter reunido vários outros psicopatas", declarou o advogado Elias Mattar Assad, defensor da médica. "Nunca vi uma reunião tão grande de psicopatas em um mesmo lugar", ironizou.

"A única justificativa é tachá-la de psicopata. Mas para que isso [mortes provocadas] acontecesse, ela teria de ter reunido vários outros psicopatas."

Elias Mattar Assad, advogado

Assad também apresentou uma carta de uma testemunha anônima que, para ele, representa uma "bomba" com potencial para uma reviravolta no caso. Um denunciante afirma que um grupo econômico paulista teria influenciado as investigações para desmoralizar o Hospital Evangélico. Dono de faculdades na área de engenharia, o grupo desejaria expandir os negócios para o ensino de medicina e, sabendo das dificuldades financeiras do Evangélico, teria influenciado nas investigações como forma de enfraquecê-lo, tornando-o mais suscetível à venda.

O advogado tem duas cartas enviadas a ele pelo denunciante, que foi listado como testemunha. Numa delas, escrita à mão e apresentada à imprensa, a trama é narrada de forma genérica, sem citar nomes de pessoas ou empresas. Na outra, segundo Assad, alguns nomes são revelados. "Como a promotori pode trabalhar com denúncias anônimas, eu também posso", justificou.

A defesa requereu a exumação dos sete corpos das supostas vítimas listadas no processo. O objetivo é verificar se esses pacientes morreram por causa de doenças e traumas que os acometiam ou se as mortes foram causadas por administração incorreta de medicamentos. Segundo o MP, essa era a forma usada pela acusada e a equipe para matar as vítimas.

"Tenho certeza de que esses pacientes viriam a óbito em qualquer hospital do mundo", diz Assad.

O advogado pediu ainda a desqualificação das transcrições das escutas telefônicas de Virgínia de Souza. Inicialmente, o texto apontava que a médica dizia: "a gente está com a cabeça fria para assassinar". Depois, a polícia corrigiu a transcrição. No lugar, Virgínia teria dito: "a gente está com a cabeça fria para raciocinar".

"A degravação errada demonizou a Virgínia diante do juiz", critica Assad. Também foi pedida a nulidade dos prontuários como prova, já que foram retirados do hospital pela Justiça e os originais estão inacessíveis à defesa. Sessenta e quatro pessoas foram listadas como testemunhas.

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

MARCOS DOMAKOSKI

Desmobilizar, jamais

O grande número de pessoas e entidades reivindicando a paternidade da instalação do Tribunal Regional Federal (TRF) em Curitiba é uma mostra natural e, sobretudo, significativa de que a comunidade abraçou essa causa como poucas vezes na história de nosso estado, independentemente de cores partidárias ou ideológicas. Como sempre entendi essa reivindicação como justa e necessária, diuturnamente acompanhei, como dirigente de entidades ou como cidadão, o desenrolar de todo o processo que resulta, enfim, como parcialmente vitorioso.

Sempre advoguei, em todos os fóruns possíveis, que o Paraná, somando esforços, não poderia deixar apagar a chama dessa mobilização sob pena de ver desprezada uma de suas principais solicitações comunitárias na última década e que, por desprezo ou falta de maior empenho parlamentar, ficou engavetada no Congresso Nacional desde 2003, embora a reivindicação já datasse de fevereiro de 1993, quando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná, enviara um documento ao Superior Tribunal de Justiça solicitando a criação do TRF em nosso estado.

O trabalho incessante de entidades, de lideranças empresariais e políticas, do Poder Judiciário, de lideranças comunitárias, da mídia — especialmente na figura do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho —, foi, enfim, duas décadas depois, coroado de êxito. Não devemos nunca nos desmobilizar. A mobilização deve continuar intensa, pois o TRF-PR ainda depende de lei para ser instalado. Essa verdade insofismável — não há como o país conviver com apenas quatro Tribunais Regionais, funcionando em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília — deve ser repetida à exaustão nos estados diretamente envolvidos e em Brasília.

Lembro que a Associação Comercial do Paraná dá mostras dessa certeza desde 1997,

ainda sob a presidência de Ardisson Akel. Desde julho daquele ano, a publicação da entidade (a *Revista do Comércio*) manteve-se alerta em relação aos capítulos dessa história, assim como todos os presidentes que o sucederam elegeram a instalação do TRF como uma das principais bandeiras da ACP.

Um grande passo foi dado em 2001, quando o projeto de instalação do TRF foi relatado pelo senador Osmar Dias e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Repetimos várias vezes a reivindicação ao então vice-presidente da República, Marco Maciel. Em 2002, o então vice-presidente do STF, ministro Ilmar Galvão, falando sobre a tramitação do projeto no Congresso Nacional, disse que “a criação de um TRF no Paraná é inevitável”. No mesmo ano, a CCJ do Senado deu mais um parecer favorável à instalação, assim como, durante um encontro com o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, defendi detalhadamente, com números e argumentos irrefutáveis, nossa reivindicação: a Justiça estava — e está — absolutamente sufocada em meio a processos, as varas federais não suportam a demanda.

Sempre insistimos, em todas essas oportunidades, que, além desse sufoco, há uma oneração implícita: a cada processo que segue para Porto Alegre, para análise no TRF4, aumenta o “custo Paraná”, já que as partes envolvidas são obrigadas a contratar profissionais no Rio Grande do Sul ou arcar com despesas de transporte e hospedagem. Os argumentos, aliás, são muito claros.

Por isso, as entidades, a mídia, as autoridades em todos os escalões, especialmente a nossa bancada em Brasília, a par das comemorações por esta etapa vencida, precisam, mais do que nunca, continuar na imprescindível tarefa de conseguir a proinulgação da PEC 544/02 no Congresso Nacional.

Marcos Domakoski, empresário, é ex-presidente da Associação Comercial do Paraná (2000/2004).

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

MISSA DE 1 ANO DE FALECIMENTO

É com grande pesar que a esposa Mariza Oliveira Fontoura e filhos
Desembargador Rubens Fontoura e Joel Fontoura de

DES. OSIRIS ANTONIO JESUS FONTOURA

convidam para a Missa de 1 ano de seu falecimento a realizar-se no
dia **12 de Abril de 2013** (sexta-feira), às **19:30hrs**,
na Igreja do Perpétuo Socorro, no Alto da Glória, Curitiba PR.

GAZETA DO POVO

ACUSAÇÃO

Defensoria denuncia agressão policial contra operários de Belo Monte

■ A Defensoria Pública em Altamira (PA) pediu ontem investigações dos ministérios públicos Federal e Estadual sobre suposta repressão praticada pela Força Nacional de Segurança e pela Polícia Militar contra operários em greve na obra da usina hidrelétrica de Belo Monte. Em vistoria realizada para intermediar negociações trabalhistas entre os operários e o Consórcio Construtor Belo Monte, responsável pelas obras, a Defensoria Pública diz ter constatado restrição de di-

reitos e o desaparecimento do operário Antônio Lisboa. Lisboa havia coordenado um protesto por melhorias salariais num dos canteiros de obras da usina. Apoiado pela Conlutas, ele teria reaparecido anteontem em Santarém, mas as circunstâncias em que deixou a obra são desconhecidas. Cerca de 5 mil pessoas trabalham no canteiro Belo Monte, e ao menos 20% haviam aderido à paralisação. Ontem, segundo o consórcio, as atividades voltaram ao normal. Segundo a defensora pública Andréia Barreto, o órgão foi acionado pela Conlutas para apurar as denúncias de violação de direitos dos trabalhadores.

Alckmin defende mudança no ECA para punir menor infrator

■ O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que no prazo de 15 dias o PSDB vai apresentar, no Congresso Nacional, um projeto que prevê a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre as mudanças sugeridas está a forma da prisão de menores infratores. A ideia do projeto é que, ao completar 18 anos, o menor infrator cumprirá o restante da pena em uma unidade prisional normal e não na Fundação Casa (antiga Febem). O governador também diz ser favorável a aumentar a pena dos menores em casos de crimes graves, como em casos de homicídios e latrocínios.

Justiça de Jersey rejeita recursos das empresas da família de Maluf

■ A Corte de Apelação da Ilha de Jersey, paraíso fiscal britânico, rejeitou ontem o recurso das empresas controladas pela família de Paulo Maluf (PP-SP), condenadas a devolver R\$ 55 milhões aos cofres da prefeitura de São Paulo. Com a decisão, que é definitiva na ilha, fica liberada a execução da sentença, já pedida pelos advogados ingleses da prefeitura paulista.

12 ABR 2013

Gaeco prende policiais e escrivães por desvio de carga no Paraná

■ Um grupo de 18 pessoas, entre eles três investigadores e dois escrivães da Polícia Civil, foi preso ontem em diversas cidades do Paraná, durante uma operação organizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Guarapuavá. A quadrilha é acusada de participar de um esquema de desvio de cargas transportadas por caminhões nas estradas do Norte do estado. Segundo o Gaeco, o grupo simulava falsos sequestros para acionar o seguro da carga e depois dividir o lucro com a venda do material furtado. Ao longo do dia, 45 mandados de busca e apreensão de documentos e veículos foram cumpridos no estado. Os policiais detidos estavam em Telêmaco Borba, onde estariam trabalhando atualmente.

R\$ 3 MILHÕES

de lucro é a estimativa do que o grupo arrecadou em produtos desviados, como máquinas agrícolas e industriais, além de roupas.

Secretários pedem aprovação de lei para crimes de terrorismo

■ Secretários de Segurança de todo o país querem urgência na aprovação do Projeto de Lei 4.674/2012, de autoria do deputado federal Walter Feldman (PSDB-SP), que trata do combate ao terrorismo no país. Reunido esta semana no Rio de Janeiro, o Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública aprovou o encaminhamento de moção ao Ministério da Justiça para que o governo federal adote medidas no intuito de acelerar o trâmite do projeto no Congresso Nacional, devido à proximidade de competições mundiais a serem realizadas no Brasil – Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. O secretário paranaense, Cid Vasques, defendeu ainda que as ações promovidas por facções criminosas nos presídios brasileiros sejam enquadradas como atos de narcoterrorismo. “As normas vigentes da legislação penal e processual brasileira não se prestam à repressão de atos dessa natureza”, disse.

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

TAM é multada por demora em divulgar vítimas do voo 3054

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou a TAM a pagar uma multa de R\$ 250 mil pelo atraso de quatro horas na divulgação da lista das vítimas do voo 3054, no acidente em 17 de julho de 2007, em São Paulo. O avião, que havia saído de Porto Alegre, não parou na pista do Aeroporto de Congonhas e explodiu ao bater em um prédio da própria TAM. A decisão, divulgada ontem, negou recursos da companhia aérea contra a sentença de primeiro grau. O valor estabelecido deve ser revertido ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor. As partes podem recorrer.

199 MORTES

ocorreram no acidente: 187 pessoas que estavam a bordo do avião e outras 12 em terra.

COLUNA DO LEITOR

Vagas do TJ-PR

Presumo que a criação de cargos de desembargador e seus "penduricalhos" no TJ-PR é mais uma ampliação da capitania hereditária que se tornou o Judiciário. Em vez de criar mais varas cíveis e criminais, criam-se vagas para julgar recursos; um absurdo, na minha opinião. Primeiro mais varas, depois mais desembargadores.

Elimar Piratelo

Poder de investigação do MP

Sobre a matéria a respeito da mobilização contra a PEC 37 (*Gazeta*, 11/4), não se retira algo de quem não a possui. Na Constituição Federal não há nada que permita a investigação criminal ao MP. Ao contrário, se atribui apenas às polícias judiciárias a "apuração de infrações penais", ou seja, a investigação.

Andre Gutierrez

DORA KRAMER

Fatura

Na hipótese de ter sido absolvido pelo ministro Luiz Fux, será que José Dirceu o acusaria de tê-lo "assediado moralmente" com a promessa de absolvição em busca de apoio para a nomeação ao Supremo Tribunal Federal?

Se o problema de fato não fosse a posição de Fux no julgamento do mensalão, condenação à conduta (no mínimo inadequada) do então candidato ao STF teria sido feita à época do assédio. Ainda que internamente no governo.

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Advogados de Dirceu querem manipular prazo, diz Barbosa

■ Ao negar mais uma vez um pedido da defesa de José Dirceu sobre o prazo para a apresentação dos recursos no julgamento do mensalão, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, subiu o tom. Ele afirmou que os advogados do ex-ministro da Casa Civil tentam ganhar tempo “indevidamente” por meio de “manipulação de prazo processual legalmente estabelecido”.

Dirceu pediu inicialmente o acesso antecipado aos votos antes da publicação do acórdão, o que Barbosa negou. Depois, a defesa do ex-ministro entrou com um recurso solicitando que o caso fosse analisado pelos ministros em plenário, o que não ocorreu por decisão de Barbosa. Os advogados, então, requisitaram a suspensão da publicação do acórdão sob a alegação de que o petista tem o direito de que os demais integrantes do STF analisem o seu pedido.

“O que se pretende, em última análise, é a manipulação de prazo processual”, diz a decisão de Barbosa publicada ontem no “Diário de Justiça Eletrônico”. Em resposta, a defesa de Dirceu afirmou apenas que busca garantir o direito de ampla defesa do cliente.

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

A prescrição no processo penal em debate

O presidente do Supremo quer mudanças nas regras prescricionais brasileiras. Promotores concordam, advogados de defesa, não. A velha discussão merece atenção para que tanto o acusado quanto a sociedade recebam respostas céleres

As declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, em defesa de novas regras de prescrição no processo penal no Brasil desencadearam uma discussão jurídica antiga, principalmente entre advogados de defesa e promotores de Justiça. O ministro defende que a prescrição deveria existir somente até o momento da abertura da ação.

Hoje, conforme a Constituição Federal, apenas dois crimes são imprescritíveis: o de racismo e o de ação de grupos armados civis ou militares contra o Estado. Segundo o Código Penal, em regra geral, todos os outros crimes podem prescrever de duas maneiras: pelo decurso do tempo para se exercer a pretensão punitiva, ou seja, antes do julgamento do mérito, e pelo decurso do tempo para se exercer a pretensão executória, que ocorre a partir da decisão condenatória transitada em julgado.

Como exemplo há o caso do mensalão. O crime de formação de quadrilha, no qual foram enquadrados alguns dos envolvidos, acabou prescrito, já que, até o julgamen-

to, a prescrição é calculada sobre a pena máxima prevista — neste caso, de três anos, com prazo de prescrição de oito anos. Porém, a partir do momento em que há uma decisão condenatória, a prescrição é calculada com base na pena imposta, que, neste caso, foi menor que a máxima, fazendo com que alguns réus ficassem impunes mesmo sendo condenados.

Outro exemplo citado pelo próprio ministro é o de magistrados da Justiça Militar de Minas Gerais que deixaram prescrever 274 de 331 processos. Mesmo com essa ideia de impunidade, há quem discorde da posição do ministro, defendendo que a prescrição nem sempre é benéfica para o réu. Nesta edição, o caderno Justiça & Direito apresenta posições contrárias e favoráveis à revisão das regras prescricionais com seus respectivos argumentos.

CONTINUA

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Brasil tem normas benevolentes

De acordo com o promotor de justiça Rodrigo Chemim do Ministério Público do Paraná, as regras prescricionais brasileiras possuem falhas e destoam das de outros países. "O Brasil tem um conjunto de normas muito benevolente e espaçado", afirma. "A prescrição é um instituto necessário no sistema penal, mas nossa lei conta com defeitos in-comuns que não se repetem em nenhum lugar do mundo", observa o promotor Fábio Guaragni.

Um desses problemas, segundo Guaragni, é a previsão de prescrição retroativa, que, apesar de parcialmente extinta com uma lei de 2010, ainda pode ser aplicada entre o recebimento da denúncia e a sentença. "A legislação assegura prazos certos, mas, no caso da prescrição retroativa, o prazo é calculado com base em um evento futuro e incerto, em uma condenação que você não sabe qual é", diz.

Os promotores defendem ainda mais momentos de interrupção no prazo prescricional, como ocorre em outros países. "No modelo alemão, por exemplo, cita-

ção, mandado de busca e apreensão e de prisão cautelar são outros motivos que interrompem a contagem do prazo", diz Guaragni. No Brasil essa interrupção ocorre quando a denúncia é recebida e com a sentença condenatória e, em caso de júri, com a sentença de pronúncia. Depois, há ainda outras interrupções previstas para a prescrição executória.

Segundo os promotores, o Estado revela desinteresse em punir (fundamento principal da prescrição penal) justamente quando a ação está parada, o que aponta a necessidade de mais momentos interruptivos do prazo. "Cada vez que o Estado se movimenta está reafirmando seu interesse punitivo e, em vários momentos em que o Estado se movimenta, não se retoma o lapso prescricional", explica Chemim.

Outro problema que envolve as regras prescricionais brasileiras, segundo Guaragni, é a adoção da mesma tábua de prazos na pretensão punitiva e na executória. "O Estado tem mais interesse em punir quando dá a condenação do que quando recebe a denúncia, mas o prazo acaba ficando menor para a execução da sentença, já que a prescrição é calculada pela pena estipulada e não mais pela máxima."

CONTINUA

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O mito que precisa ser descartado

A presidente da Comissão de Advocacia Criminal da OAB e professora de Direito Penal da UFPR e da PUCPR, Priscilla Placha Sá, discorda da necessidade de revisão das regras prescricionais no Brasil defendida pelo ministro Joaquim Barbosa. "O mito que precisamos descartar é que réus e advogados trabalham com a prescrição. O réu também quer uma satisfação sobre o processo dele", aponta.

Segundo a professora, é importante para o réu ter a sua inocência declarada num processo. Se a prescrição ocorre antes do julgamento, ele fica prejudicado. Além disso, quando um réu é absolvido, a polícia tem chances de ir atrás do verdadeiro criminoso e, assim, dar também uma satisfação a família da vítima. "É um mito pensar que a prescrição é uma coisa boa para a defesa ou que a defesa se vale dela", diz.

O professor de Direito Penal da PUCPR e advogado criminalista Rodrigo Sánchez Rios con-

corda com essa posição e acredita ainda que, da forma como estão estabelecidos, os prazos prescricionais brasileiros são suficientes para garantir a punibilidade. "A prescrição é um fator de estabilização das relações jurídicas e tem prazos longuíssimos em casos graves. Em outros casos, não há como dizer que há impunidade, pois temos outros instrumentos de reconciliação", alega.

Para os especialistas, a defesa de revisão das regras prescricionais brasileiras pode esconder outros problemas envolvendo a precariedade das condições das instituições do sistema de justiça criminal, seja pela capacidade de investigação da polícia, passando pelo Ministério Público, seja pela falta de celeridade nos julgamentos e execuções de processos penais.

"É um paradoxo defender uma justiça célere em alguns processos e para outros violar garantias e defender o tempo que for para sua conclusão", diz Priscilla. "[A prescrição] não é um fator de impunidade, é o Estado que precisa se aparelhar, ter melhor estrutura, mais eficiência e tecnologia, mas sempre respeitando o decurso do tempo", complementa Rios.

PUNIÇÃO

A prescrição da pretensão punitiva extingue a punibilidade porque o Estado não se movimentou no processo. Ela é analisada antes do julgamento do mérito e calculada de duas maneiras: antes e depois da decisão penal condenatória. Enquanto o réu não for condenado, leva-se em conta o valor máximo da pena que pode ser aplicada ao crime cometido. Depois que há a condenação, considera-se a pena em concreto. Os prazos estão dispostos no artigo 109 do Código Penal.

TERMO INICIAL

A prescrição passa a correr do dia em que o crime se consumou; no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade; nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência; nos de bigamia e de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, da data em que o fato se tornou conhecido; nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

EXECUÇÃO

A prescrição ocorre depois de transitar em julgado a sentença penal condenatória. Neste caso ela se regula pela pena aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou da queixa. Os prazos fixados aumentam de um terço se o condenado é reincidente.

TERMO INICIAL

A prescrição executória tem diferentes marcos de início de contagem: ela começa a correr do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional; do dia em que se interrompe a execução, salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena.

Precisamos de comunicação para que a sociedade conheça o MP

ENTREVISTA

ELA WIECKO,
subprocuradora
da República

O procurador-geral da República deve delegar funções para seus coordenadores para que não haja um passivo no gabinete. Essa é a opinião da subprocuradora da República e ouvidora-geral do Ministério Público Federal (MPF), Ela Wiecko, uma das candidatas ao cargo de procurador-geral da República, vaga aberta com a saída de Roberto Gurgel. Nesta entrevista, concedida por telefone ao caderno Justiça & Direito, a paranaense fala dos desafios do cargo e das mudanças que pretende implantar na procuradoria caso seja a escolhida. A eleição da lista tríplice a ser encaminhada à presidente Dilma Rousseff ocorre na próxima quarta-feira (17) com a votação dos cerca de 1,3 mil filiados à Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Além de Ela, concorrem à indicação na lista os subprocuradores Rodrigo Janot, Deborah Duprat e Sandra Cureau. Desde 2001, os presidentes têm escolhido o nome mais votado na eleição da ANPR.

Uma das grandes questões defendidas pelos candidatos à vaga de chefe do Ministério Público Federal é a descentralização da figura do procurador. Quais são suas propostas nesse sentido?

Essa descentralização diz respeito às atividades vinculadas ao gabinete, como questões administrativas, jurisdicionais, de relacionamen-

to institucional e comunicação social. A proposta é reorganizar o gabinete e criar secretarias, coordenadorias e assessorias. Já existe inclusive um projeto que cria algumas secretarias que devem ser ocupadas por membros de confiança do procurador-geral para fazer esse meio de campo.

A senhora pretende promover mudanças ou manter a plataforma da atual administração da procuradoria?

O planejamento estratégico que o Tribunal de Contas da União estabelece como exigência foi implantado na administração do dr. [Roberto] Gurgel e deve continuar. Também identifiquei algumas questões que deveríamos retornar em relação às novas procuradorias dos municípios e interação com as câmaras, pois entraram novos procuradores. Pretendo imprimir maior participação, diálogo interno, comunicação e agilidade nas decisões.

De que forma?

Os procuradores Claudio Fonteles e Roberto Gurgel realizaram algumas reuniões entre os subprocuradores-gerais e depois essas reuniões acabaram não se repetindo. Acredito que essas reuniões demandam tempo, mas temos que fazê-las com muita objetividade. Temos de ter uma equipe na procuradoria-geral, isso é muito importante para dar um revigoreamento, para que as pessoas se dediquem e encontrem soluções para problemas que sabemos que existem. Em algumas questões, o procurador-geral também pode delegar funções para os coordenadores.

Como aproximar e trazer mais clareza do trabalho do Ministério Público Federal (MPF) à sociedade?

As pesquisas mostram que há um desconhecimento da população sobre a figura do procurador da República. Também há uma percepção do MP em geral como um órgão que trabalha com corrupção e ação penal, mas existe outra gama de direitos fundamentais que nos envolve e que não fica muito clara. Temos de investir muito nessa comunicação para mostrar para a sociedade como a gente trabalha e as diferenças entre os MPs.

E a sua experiência como ouvidora-geral pode colaborar nesse sentido?

Identificamos que 50% da demanda são de pedidos de intervenção do Ministério Público. Ou seja, não estão se queixando do trabalho do MP. São problemas que a ouvidoria pode apenas encaminhar para os responsáveis. Isso mostra como as pessoas não sabem o caminho e comprova a necessidade de campanhas publicitárias nesse sentido.

CONTINUA

Existe pressão dos outros poderes sobre o Ministério Público?

Não diria que há uma pressão. Temos um bom relacionamento com o Executivo e o Judiciário. O que talvez apareça mais é a questão do Legislativo por conta da PEC 37 e de projetos que procuram diminuir a possibilidade de atuação do MP. Percebo que o Legislativo compreende a importância do MP e não quer um retrocesso nas suas atribuições constitucionais. É uma situação que pode ser contornada com um diálogo franco e aberto. Também tem a ver com um passivo do gabinete, resultado do aumento de atribuições e do mensalão. Tem muita coisa parada e deve haver um mutirão inicial para dar uma saída a tudo que tem, fixando critérios claros para determinar o que vai ser visto antes.

Com relação à PEC 37: quais serão os efeitos se ela for aprovada? O que pretende fazer para que a proposta não passe?

Vamos ficar em uma posição de extrema fragilidade que não está sendo pensada adequadamente. Para haver o enfrentamento do crime organizado transnacional, por exemplo, precisamos de cooperação jurídica internacional. Se a investigação for feita pela polícia, essa cooperação fica inviabilizada porque só pode se estabelecer entre órgãos com independência e garantias como o MP. Esse empenho [para que a proposta não passe] já está sendo feito pelo procurador-geral, e tudo que tiver que ser feito eu farei.

A senhora pode avaliar a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)?

O CNMP é um órgão de controle com pontos extremamente positivos, como os que levam a uma padronização de questões básicas e ferramentas para uma melhor administração e imagem do MP. No ano passado, uma jornalista me perguntou quantas ações o MP já havia proposto em relação à saúde, à educação e quais os resultados disso, e eu não podia responder. O CNMP fez essa provocação e esse seu papel é importantíssimo. O CNMP tem que cuidar para não avançar na sua atividade fim, porque existem especificidades de cada MP.

Como a senhora vê a questão salarial e a política de transparência do Ministério Público hoje?

Com relação ao MPF, você pode entrar no portal da transparência e saber quanto eu ganho. Mas há diferenças de remuneração entre os MPs, o que não é desejável. Carreiras de servidores estão no mesmo patamar das de membros do MP. Isso decorre da falta de atendimento à revisão anual dos subsídios por conta de limites orçamentários e tem que ser resolvido com uma conversa com a senhora presidenta da República.

Esta não é a primeira vez que a senhora se candidata à vaga na procuradoria. A persistência é pelo desejo de fazer a diferença?

Acredito que eu possa fazer a diferença, mas nunca foi um desejo estritamente pessoal. Foi a pedido de vários

segmentos que alegam que tenho experiência para administrar e capacidade agregadora. Estou me candidando mais uma vez em atenção aos meus colegas que acham que tenho qualidades para fazer essa diferença no momento que existem alguns complicadores.

O que achou da recente criação do Tribunal Regional Federal no estado?

Compreendo que, do ponto de vista do Judiciário, do MP e da própria advocacia se abrem espaços. Mas, pensando de um ponto de vista macro, fico muito preocupada com o aumento da estrutura do Judiciário quando deveríamos procurar outras políticas, como de diminuição da litigiosidade e da implantação de câmaras regionais.

A senhora é curitibana. Como mantém os laços com a cidade?

Nasci em Curitiba, mas logo fui embora para Porto Alegre. Mas calhou que, em 1976, meu marido assumiu o cargo de juiz federal em Curitiba e fui removida para a Procuradoria da República no Paraná. Aí fiquei de 1976 até 1984, fiz o concurso na Universidade Federal do Paraná e, mesmo depois que meu marido foi removido a juiz federal em Santa Catarina, continuei vinculada à universidade. Tenho uma ligação afetiva enorme [com Curitiba]. Sou filha de poloneses, então eu adoro voltar ao Paraná ver meus amigos, ter esse contato com a cultura polonesa, ir ao Bosque João Paulo II.

"Há diferenças de remuneração entre os MPs, o que não é desejável. Carreiras de servidores estão no mesmo patamar das de membros do MP. Isso decorre da falta de atendimento à revisão anual dos subsídios por conta de limites orçamentários e tem que ser resolvido com uma conversa com a senhora presidenta da República."

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

O legado do processo de criação do TRF para o Paraná

ARTIGO

ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK,
é presidente da Associação
Paranaense dos Juizes Federais
(APAJUFE).

A mobilização da sociedade paranaense em prol de lutas e reivindicações teve um capítulo especial escrito na última semana. A criação do TRF no Paraná, várias vezes desacreditada pelos sinais de algo que parecia ser impossível, não foi jamais abandonada. Ao contrário, cada revés ou dificuldade serviu para agregar mais pessoas e instituições na busca do objetivo que marca a redefinição do federalismo brasileiro. A aprovação na Câmara dos Deputados da PEC 544, que cria novos TRFs, é, sem dúvida alguma, uma das mais relevantes vitórias da sociedade paranaense.

A aprovação da PEC apresenta uma simbologia positiva e propositiva para o futuro da vida pública e política em nosso estado. A conjugação de esforços dos representantes políticos eleitos com a sociedade civil organizada e a imprensa revelaram o potencial transformador e espectro de conquistas memoráveis.

Nesse capítulo inédito e especial da história política do Paraná foi possível conferir uma união da bancada dos deputados federais paranaenses para aprovação da PEC 544. Desde 2002, com a relatoria do deputado Eduardo Sciarra, até as duas votações na Câmara Federal, conduzida firmemente pelo vice-presidente da Casa, deputado André Vargas, todos

os deputados federais paranaenses das últimas quatro legislaturas foram fundamentais na construção do momento político adequado à aprovação da PEC. No Senado Federal, da mesma maneira, desde a relatoria do senador Osmar Dias (2002) até a condução magistral da frente parlamentar mista em prol da PEC pelo senador Sérgio Souza. Na esfera estadual, registro o compromisso assumido pelo governador Orlando Pessuti e reafirmado pelo governador Beto Richa em oferecer condições de instalação do TRF no Paraná em menor tempo possível.

Os representantes políticos, independentemente de partidos, ideologias ou vaidades, enobreceram seus mandatos e produziram uma sinergia fantástica numa verdadeira demonstração da boa política. Os cidadãos paranaenses foram muito bem representados. O protagonismo da sociedade civil e da imprensa foram combustíveis necessários que impulsionaram os nossos representantes políticos. A OAB, a APAJUFE e a Associação Comercial do Paraná (ACP) assumiram a condução do processo, mas toda a sociedade civil esteve engajada nas ações realizadas nas capitais paranaense e brasileira. Ainda destaque o envolvimento com a causa do Movimento Pró-Paraná e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Contudo, como não haveria espaço suficiente nesta coluna e também para não correr o risco de esquecer nenhuma associação, entidade, órgão de classe ou pessoa, é de suma importância deixar registrado

que a união de esforços de toda a sociedade foi fundamental para o resultado final com a aprovação da PEC. A sociedade civil, que ainda apresenta um potencial enorme adormecido, deu provas de que é possível, pela união de esforços, avançar para melhores tempos.

Ainda destaco o papel da imprensa em todo o processo, em especial, o GRPCom, que sempre esteve presente, não apenas para divulgar ou informar as ações à sociedade por meio dos seus veículos de comunicação, mas, sobretudo, como uma entidade da sociedade civil que contribuiu significativamente para a conquista das lutas paranaenses.

Como referiu Carlito Maia: "Nós não precisamos de muita coisa. Só precisamos uns dos outros". Juntos, as conquistas e as realizações serão melhores e mais fáceis.

Que o redesenho da federação brasileira, liderado pelos paranaenses, não se limite na aprovação da PEC, mas possa servir de inspiração para conquistas maiores para a sociedade paranaense e brasileira. Que sejam concretizadas as frases eternizadas no hino do Paraná: "Serás luzeiro! Avante! Para o porvir!".

CONTINUA

12 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Estão por vir novos desafios até a efetiva instalação do TRF no Paraná. O processo legislativo da PEC terá como a última fase a promulgação com um ato solene do Congresso Nacional. A reformulação das regiões da Justiça Federal brasileira com a criação dos TRFs, os quais ainda dependerão da aprovação de um projeto de lei para estabelecer a estrutura administrativa e financeira de cada um dos novos tribunais. Para tanto, é necessário o envio de um projeto de lei de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a Câmara dos Deputados e para o Senado. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão responsável pela administração do Poder Judiciário brasileiro, também se manifestará sobre o projeto de lei.

Nesse cenário, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer, será responsável pela condução dos trabalhos de elaboração do projeto de lei e encaminhamento ao parlamento. A emenda constitucional aprovada estabelece o prazo de seis meses para a instalação do TRF. A sociedade civil paranaense espera, o mais breve possível, que o ministro Fischer possa estar inaugurando o TRF com sede no Paraná.

A emenda constitucional aprovada estabelece o prazo de seis meses para a instalação do TRF. A sociedade civil paranaense espera, o mais breve possível, que o ministro Fischer possa estar inaugurando o TRF com sede no Paraná

A aprovação na Câmara dos Deputados da PEC 544, que cria novos TRFs, é, sem dúvida alguma, uma das mais relevantes vitórias da sociedade paranaense

A sociedade civil, que ainda apresenta um potencial enorme adormecido, deu provas de que é possível, pela união de esforços, avançar para melhores tempos

12 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Congresso. Após PEC que tira poderes de investigação criminal do Ministério Público, parlamentares analisam proposta do senador Ivo Cassol que, se aprovada, abrandará uma série de punições previstas em uma das legislações mais valiosas contra a corrupção no País

Novo projeto esvazia Lei da Improbidade e prevê prisão do promotor que ofender réu

Acuado pela PEC 37 - a emenda constitucional que alija os promotores e procuradores de investigações criminais -, o Ministério Público teme agora perder seu mais poderoso instrumento no combate à corrupção. Projeto do senador Ivo Cassol (PP-RO) impõe drástica mudança na Lei da Improbidade Administrativa (8.429/92), com alterações em 12 artigos. O projeto chegou à Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Os promotores observam que o projeto em tramitação no Congresso exclui a responsabilidade do agente público negligente e imprudente que causa lesão ao patrimônio público.

A Lei da Improbidade está em vigor há 21 anos e propiciou a punição em todo o País de milhares de políticos e administradores públicos, que se tornaram inelegíveis e foram afastados de suas funções, além de condenados a ressarcir danos ao Tesouro.

O próprio Cassol - ex-governador de Rondônia por duas vezes - é alvo de frequentes investigações e ações do Ministério Público, inclusive no plano eleitoral.

Em janeiro, a Justiça cassou seus direitos políticos por cinco anos. Segundo procuradores federais, em 2006 foi descoberto caso de compra de votos que beneficiaria Cassol. Ele recorreu. Hoje responde a cinco ações judiciais, segundo sua assessoria.

Na avaliação de promotores e procuradores, a proposta do senador fulmina os pontos vitais da norma que freia atos ímprobos e faz valer os princípios do artigo 37 da Constituição - moralidade, honestidade e impessoalidade. Consideram que o projeto atinge o coração da instituição, que exerce o papel de guardião da democracia e fiscal da lei.

Eles apontam que o texto, "em detrimento do interesse público maior", exclui os bens de família do servidor acusado de improbidade da medida de indisponibilidade imposta pela Constituição e pela Lei da Improbidade. Destacam que legislação vigente firma que "o caráter de bem de família não tem a força de obstar a determinação de sua indisponibilidade nos autos de ação civil pública, pois tal medida não implica apropriação daquele bem".

"Querem tornar inócua a Lei de Improbidade", adverte o pro-

curador-geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa. "De uma forma indireta pretendem revogar essa norma tão importante provocando um consequente esvaziamento da Lei da Ficha Limpa."

'Oportunista'. Elias Rosa pondera que no bojo da crise que se instalou em torno do Ministério Público e sua atuação "surge toda semana uma proposta oportunista". Procuradores e promotores são alvo constante de críticas de políticos, que veem abusos na atuação do MP.

Promotores alertam que o projeto torna taxativo o rol de hipóteses do artigo 10, que hoje é exemplificativo, afastando a possibilidade de o agente cometer ato de improbidade mediante conduta culposa, pois passa a exigir "culpa grave".

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O texto reduz a multa a ser imposta ao servidor condenado – hoje de até duas vezes o valor do dano. Afasta a possibilidade da perda da função pública, prevenindo só suspensão de 120 dias do cargo, e diminui o prazo de suspensão dos direitos políticos.

Para o Ministério Público, o projeto prevê que tudo esteja provado antes mesmo da propositura da ação, o que viola a Constituição e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Na prática, impede a propositura de qualquer ação.

Contas. Promotores dizem que o projeto frustra também a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90) e afronta a Constituição ao impor que a aprovação das contas do gestor público, pelo Tribunal de Contas, impede a aplicação de sanções – salvo multa, perda da função e suspensão dos direitos políticos.

O Ministério Público aponta ainda inconstitucionalidades do texto ao prever que as ações destinadas a promover as sanções podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato e até dez anos após a data da efetiva ocorrência do dano ao erário. O artigo 37 da Constituição impõe que a ação de ressarcimento do patrimônio público é imprescritível.

O projeto causa inquietação nas promotorias porque invade a própria Lei Orgânica Nacional do MP (Lei 8.625/93) com previsão de responsabilização criminal – pena de detenção de seis meses a dois anos, sem prejuízo de ação civil – do membro da instituição que fizer declarações públicas imputando a réu ou indiciado em investigação ou processo criminal fato ofensivo à sua reputação, à sua condição jurídica de inocente ou ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.

12 ABR 2013

ALGUMAS MUDANÇAS PREVISTAS

	Como é	Como fica
Intenção	Quem lesa os cofres públicos, com ou sem intenção, tem de devolver o valor e perde os direitos políticos	A devolução do valor e a perda dos direitos políticos se dará apenas se houver intenção
Bens da família	Podem ser usados para ressarcimento à perda dos direitos	Apenas bens em nome do réu poderão ser usados
Cargo público	O condenado pode perdê-lo para sempre	Haverá afastamento por até 120 dias
Multa	O condenado paga até duas vezes o valor do dano causado aos cofres públicos	A penalidade passará a ser equivalente ao mesmo valor do dano causado

Sanção não pode ir além do necessário, argumenta senador

● Procurado pela reportagem, o senador Ivo Cassol, autor do projeto, não respondeu aos pedidos de entrevista. Na justificativa do projeto de lei 105/2013, o senador traz seus argumentos para a mudança na Lei de Improbidade. “Não seria aceitável, na atual fase da evolução jurídica, cogitar-se de sanções sem a prévia definição dos correspondentes tipos infracionais, tornando-se imperioso proceder como procede o juízo criminal, examinando rigorosamente todos os elementos da conduta do imputado, não apenas para a certificação de sua materialidade, mas também as circunstâncias, de modo que a

sanção não vá além do necessário, nem fique aquém do devido”, Cassol sustenta. “Há necessidade de separar-se jurídica e conceitualmente o ato ilegal do improbo, para dar-se a este último o tratamento adequado e devido às práticas de infrações dolosas, lesivas e típicas. Significa indagar-se quais são os elementos da ilicitude ou da ilegalidade. Sem essa avaliação, qualquer ato apenas ilegal pode ser eventualmente tido como ato ímprobo.”

Ele diz que, contra a corrente doutrinária que defende a tese da não prescrição para ações de ressarcimento de danos decorrentes de atos de improbidade, acolheu a prescritibilidade do Direito Público: “Deixar aberta a possibilidade de ação configura-se agressão à garantia da paz social. Agredir esse valor seria farpear a própria ordem pública”.

12 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

CASO LEGACY

MPF tenta aumentar pena de pilotos no STJ

O Ministério Público Federal decidiu recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para aumentar a pena para os pilotos americanos Joseph Lepore e Jan Paul Paladino. Em outubro do ano passado, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) decidiu reduzir a pena aplicada aos dois, que foram os responsáveis por comandar o jato Legacy que colidiu com o Boeing da Gol em setembro de 2006, matando 154 pessoas. O TRF reduziu de quatro anos e quatro meses a condenação para três anos e um mês.

Acusados de matar em racha vão a júri

Os dois acusados pela morte do lutador de jiu-jítsu Kaio Muniz Ribeiro, de 23 anos, atropelado na calçada durante um suposto racha, em novembro de 2011, em Campinas, vão a júri popular pelo crime de homicídio doloso (com intenção de matar). A Justiça aceitou denúncia contra a empresária Adriane Ignácio Souza, de 44 anos, e o consultor de obras Fabrício Rodrigues da Silva, de 34 anos.

6 a 12
ANOS DE PRISÃO É
A PENA QUE OS
DOIS MOTORISTAS
PODEM PEGAR

Maioridade

Miguel Reale Junior é contra diminuir a maioridade penal, como defendem alguns após a morte de Victor Deppman, assassinado por jovem que completa 18 anos hoje. "Isso não fará com que os latrocínios deixem de ocorrer. Precisamos é de uma política eficaz de combate à criminalidade", afirma o ex-ministro da Justiça.

DORA KRAMER

Fatura. Na hipótese de ter sido absolvido pelo ministro Luiz Fux, será que José Dirceu o acusaria de tê-lo "assediado moralmente" com a promessa de absolvição em busca de apoio para a nomeação ao Supremo Tribunal Federal?

Se o problema de fato não fosse a posição de Fux no julgamento do mensalão, condenação à conduta (no mínimo inadequada) do então candidato ao STF teria sido feita à época do assédio. Ainda que internamente no governo.

12 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Barbosa veta recurso de José Dirceu

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, afirmou ontem que o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu age para manipular prazos processuais por meio de recursos no processo do mensalão. “O que se pretende, em última análise, é a manipulação de prazo processual legalmente previsto”, afirmou Barbosa, ao rejeitar um pedido da defesa do ex-ministro para ter acesso antecipado às cópias dos votos dados no julgamento da ação penal. Além de presidir o STF, Barbosa é relator do mensalão.

Os advogados dos réus reclamam que o prazo para a apresentação de recursos é muito curto. Após a publicação do julgamento, que deverá ocorrer até a próxima semana, as defesas terão cinco dias para protocolar seus recursos. O julgamento da ação penal foi o mais longo da história do Supremo Tribunal Federal. A análise teve início em agosto do ano passado e só terminou em dezembro. Vinte e cinco réus, entre os quais Dirceu, foram condenados.

“Os votos proferidos quando do julgamento da AP (*Ação Penal*) 470 foram amplamente divulgados e, inclusive, transmitidos pela TV Justiça. Além disso, todos os interessados no conteúdo das sessões públicas de julgamento, em especial os réus e seus advogados, puderam assisti-las pessoalmente no plenário desta Corte”, afirmou o presidente do Supremo em despacho publicado ontem no *Diário da Justiça*.

“É importante chamar atenção para o fato de que o que se pretende, em última análise, é a manipulação de prazo processual legalmente previsto. Isso porque o (*hipotético*) acolhimento do pedido de divulgação dos votos escritos, antes da publicação do acórdão, e ‘com antecedência razoável’ para a interposição de recursos, acarretaria, na prática, a dilação do prazo para a oposição de embargos, ampliando-o indevidamente para um lapso temporal indefinido, que o requerente entende como ‘razoável’”, completou Barbosa.

O advogado José Luís de Oliveira Lima, que representa Dirceu, disse que “em momento algum” a defesa do ex-ministro pretendeu manipular os prazos processuais, “mas sim exercer o seu direito de ampla defesa garantido na Constituição Federal”.

1 2 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça decreta prisão preventiva de seis pessoas em caso Iguazu

Fábio Galotto

Reportagem Local

O juiz da 5ª Vara Criminal de Londrina, Paulo Cesar Roldão, determinou a prisão preventiva do dono da construtora Iguazu do Brasil, Carlos Alberto Campos de Oliveira, e de mais cinco pessoas, a pedido do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Além do proprietário e de dois funcionários com cargo de direção na empresa, que já estavam detidos temporariamente, mais três mandados de prisão foram cumpridos ontem. Dois diretores da Iguazu e um empregado de um cartório da região

central de Londrina também são apontados como suspeitos de estelionato na venda de imóveis residenciais.

O delegado do Gaeco, Alan Flore, afirma que o funcionário do cartório era responsável por registrar todos os contratos de compra e venda das casas negociadas pela Iguazu, em ao menos 12 condomínios da cidade. A empresa não tinha licença da prefeitura para loteamento dos empreendimentos. Flore afirma que há mais mandados de prisão expedidos pela Justiça, mas não pode

divulgar o número enquanto a investigação não termina. Todas as ações são para detenções por tempo indeterminado.

Clientes e pessoas que venderam terrenos para a Iguazu e não receberam pagamentos denunciaram o

caso ao Gaeco no mês passado. O dono da construtora, que também é ex-prefeito

Dono de construtora é suspeito de estelionato

de Mandaguari, é suspeito de estelionato, formação de quadrilha e falsidade ideológica. Mais de 600 pessoas compraram casas e o prejuízo passa de R\$ 60 milhões.

12 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Advogado diz que médica é vítima de complô

Curitiba - O advogado da médica Virgínia Soares, acusada de antecipar mortes de pacientes na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba entregou ontem a defesa da acusada ao Tribunal do Júri da capital. Elias Mattar Assad diz que faltam informações concretas sobre o caso e ainda afirmou que uma testemunha sigilosa acusa um grupo paulista de formar um complô contra o hospital.

Assad pede à Justiça a produção de provas periciais, documentais e a exumação dos sete corpos mencionados no processo. O advogado ainda defendeu que, caso a análise do Instituto de Criminalística seja anexada ao caso, o inquérito teria que recomeçar, para que a defesa seja refeita. O relatório do instituto aponta que cerca de 300 pessoas morreram, entre 2006 e 2013, logo depois de receberem medicamentos e terem o nível de oxigênio reduzido.

O advogado disse ainda que uma testemunha, que mora em São Paulo e quis permanecer em sigilo, aponta um grupo paulista, com interesse na compra do Hospital Evangélico, como o responsável pelo escândalo, por ter, supostamente, induzido pessoas a testemunharem sobre o caso. "Vamos pedir para que ele se identifique, faremos algumas perguntas e tentaremos levá-lo para depor em juízo", disse Assad.

12 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Discussão sobre maioria penal

É importante que a discussão chegue a ideias e projetos que ajudem a afastar as crianças e jovens da violência

Um latrocínio ocorrido na cidade de São Paulo, na noite da última terça-feira, reacendeu de forma bastante calorosa a discussão sobre a redução da maioria penal. Até mesmo o governador do Estado vizinho, Geraldo Alckmin (PSDB), se pronunciou ontem em defesa de mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele disse que encaminhará ao Congresso Nacional, nos próximos dias, um projeto de lei que propõe tornar o ECA mais rígido quando os casos de violência envolvendo adolescentes sejam considerados graves ou quando eles são reincidentes.

O estudante universitário Victor Hugo Depman, 19 anos, foi assassinado em frente ao prédio onde morava com a família, no Belém, bairro de classe média de São Paulo. Segundo a polícia, as imagens da câmara de segurança do edifício registraram a ação e mostraram que o ladrão tomou o celular da mão do jovem, o empurrou e depois atirou contra a cabeça da vítima. O estudante foi levado com vida para um hospital, mas não resistiu.

Um adolescente de 17 anos se apresentou anteontem às autoridades e confessou o crime. Ele já tinha sido detido anteriormen-

te pela polícia por roubo. O garoto completa 18 anos hoje. Familiares do universitário assassinado foram aos meios de comunicação exigindo mudanças no ECA e a redução

da maioria penal. Colegas de faculdade de Victor Hugo também fecharam uma das principais avenidas de São Paulo, protestando contra a violência.

O debate sobre a idade da responsabilidade criminal é bastante complexa. Os defensores da redução da maioria penal defendem que uma pessoa com 16 anos tem consciência de seus atos. Entre os contrários à mudança, os argumentos também são importantes. Eles lembram que os presídios são considerados "faculdades do crime" e não seriam adequados para a recuperação de uma pessoa tão jovem. Outro argumento é a falta de políticas públicas eficientes que permitam o acesso da população mais carente à educação de qualidade, lazer e emprego.

É importante que a discussão iniciada esta semana com a morte do universitário ganhe amplitude para além do foco da maioria penal e chegue a ideias e projetos de lei que realmente ajudem a afastar as crianças e jovens da violência.

12 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Moradores protestam em frente ao Fórum

Amigos e parentes de vítima de latrocínio cobram redução da maioridade penal

“ Londrina – Amigos e parentes do empresário Albino Marcos, vítima de latrocínio ocorrido no início do mês passado no Distrito de Guaravera, zona sul, protestaram ontem em frente ao Fórum de Londrina. Na 2ª Vara da Infância e Juventude ocorreu uma audiência sobre o crime.

Dois adolescentes estão apreendidos provisoriamente acusados de participação no crime. O casal, de 15 e 17 anos, teria idealizado e executado o roubo em conjunto com outros dois maiores de idade que também foram presos. Caso não haja sentença em duas semanas, os adolescentes podem ser liberados do Centro de Socioeducação (Cense I).

Os manifestantes usaram faixas e cobravam Justiça. “Está muito difícil para a família, principalmente nossa mãe de 82 anos que não para de chorar”, lamentou a irmã da vítima, Maria de Fátima Marcos Mendes.

Familiares da vítima engrossam o movimento de redução da maioridade penal, lançado depois do quarto caso de latrocínio neste ano em Londrina. “Queremos sensibilizar nossos legisladores, promotores e juízes. Os adolescentes não podem ser apreendidos seis, sete, oito vezes e serem colocados nas ruas

poucos dias depois. Nosso sistema tem que mudar”, criticou o irmão do empresário de Guaravera, Briglino Marcos.

O juiz Luiz Valério dos Santos ouviu ontem cinco testemunhas de acusação, dentre elas a mulher do empresário morto, Adelina Nascimento, de 58 anos. Ela, que se locomove com auxílio de cadeira de rodas, se recupera de dois tiros que a acertaram durante a ação dos marginais.

“Os depoimentos foram muito esclarecedores e narrram bem o que aconteceu naquele dia”, explicou o promotor Leandro Antunes Meireles Machado. Outros detalhes não podem ser revelados porque o procedimento corre sobre segredo de Justiça. Ele pediu para mais uma pessoa ser ouvida na próxima audiência, agendada para semana que vem, para reafirmar o ato infracional cometido pelo adolescente. Só depois de ouvi-los os promotor deve solicitar a medida socioeducativa aos acusados.

12 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP em Londrina faz ato público contra PEC 37

Foram realizados ontem atos públicos em Londrina, Foz do Iguaçu e Guarapuava, organizados pelo Ministério Público (MP) do Paraná, contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 37, que torna as investigações criminais exclusivas das polícias Civil e Federal. A matéria, que reduz a atuação do MP em âmbito nacional, tramita na Câmara dos Deputados.

Em Londrina, o evento reuniu promotores e procuradores de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representantes da Polícia Militar (PM), igrejas, vereadores, sindicatos, entidades de classe e comunidade em geral. O prefeito Alexandre Kireeff (PSD) também esteve na mobilização. Durante entrevista à imprensa, Kireeff considerou a PEC um retrocesso. "Dois grandes avanços da Constituição de 1988 foram a imprensa livre e a autonomia para o Ministério Público e não podemos retroceder nestes aspectos. Como agente político vim aqui para apoiar o MP."



O promotor de Justiça Miguel Sogaia foi um dos organizadores do ato público em Londrina

De acordo com o subprocurador-geral de Justiça Bruno Galatti, a campanha tem o objetivo de esclarecer a população sobre as consequências da mudança na legislação. Segundo ele, investigações já realizadas ou em andamento no MP "certamente serão contestadas", caso a PEC seja aprovada no Congresso.

Galatti afirmou que o Ministério Público é constantemente ameaçado pela classe política. "Recebemos ameaças de corte de repasses quando tem investigações que alcançam o poder público." Ele afirmou que o MP

e a polícia devem fortalecer o trabalho de investigação. "Temos que trabalhar juntos."

O promotor de Justiça Miguel Sogaia disse que o MP conta com estabilidade funcional para conduzir investigações, ao contrário da Polícia Civil, que está vinculada ao Executivo. "Mesmo que uma apuração esteja desagradando, o governante não pode afastar um membro do Ministério Público." O ciclo estadual de mobilização contra a PEC 37 deve ser finalizado hoje com um ato público em Curitiba.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

12 ABR 2013

Meta 18

Dentro da programação do 3º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais, a palestra de abertura será proferida às 12 horas, pelo membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e promotor de Justiça do Ministério Público do Pará, Gilberto Valente Martins. Ele vai tratar da Meta 18 do CNJ, que trata das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Posse

Cumprindo disposição do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a Assembleia Legislativa (AL) do Paraná empossa o político Felipe Lucas (PPS) na próxima segunda-feira. Lucas vai substituir o deputado estadual Alceuzinho Maron (PSDB), que teve seu mandato contestado pelo PPS sob a alegação de infidelidade partidária. Valdir Rossoni avisou Lucas ontem pela manhã. Alceuzinho disse que vai recorrer da decisão do TRE e tentar permanecer no cargo enquanto instância superior não analisa seu recurso.

OPINIÃO DO LEITOR

Maioridade penal

Muito coerente o artigo "Maioridade penal", do diretor da Associação Mãos Estendidas de Londrina, Aldo Pedalino (Espaço Aberto, 11/4), quando se discute tanto e se promovem campanhas a favor da maioridade penal para jovens e adolescentes. Não sou a favor que se crie uma nova lei achando que vai resolver a questão e se deixe de cumprir uma lei já existente, conforme o articulista citou: "É dever do Estado, da família e da sociedade, dar garantia de vida, esporte, lazer, educação à criança e ao adolescente". Precisamos refletir seriamente sobre isso. Será que combatendo a consequência e não investindo nas causas, o problema será resolvido? É só aplicar a nova lei (objeto da campanha) e toda essa situação de violência terá fim? E a violência que a cada dia mata e oprime os jovens, existe algum movimento para acabar com ela? Também não concordo que a responsabilidade seja atribuída somente à família, ao governo ou à sociedade, mas penso que uma ação conjunta desses segmentos poderá ter resultado positivo, com a criação de políticas públicas eficientes de apoio, investimento efetivo na educação, apoio às famílias. Se o menor for penalizado aos 16, quem garante que os adultos bandidos que hoje os manipulam não procurarão crianças menores ainda? Se forem para uma prisão comum, sairão de lá da pior maneira. Tenho consciência que os ânimos estão exaltados pelos inúmeros acontecimentos envolvendo menores, mas devemos, ao analisar a situação, ter um pouco mais de compaixão e amor ao próximo, principalmente daqueles que, em tão pouca idade, ao invés de alegria e vida, conhecem e se envolvem com sofrimento, o crime e a morte.

ESTELA MARIA FREDERICO FERREIRA (professora) – Londrina

PEC 37

Está para ser votado no Congresso o Projeto de Emenda Constitucional 37 que impede o Ministério Público de realizar investigações. Dizem que o serviço de investigação é da polícia. No Paraná nós temos o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), composto por membros do Ministério Público e policiais civis e militares. Em Londrina graças à atuação desse grupo foram cassados dois prefeitos, um renunciou após ser preso, prenderam secretários municipais e vereadores que foram processados e condenados, além de empresários que participavam de esquemas de corrupção ou desvio de verbas. Creio que o Gaeco tem prestado grandes serviços à sociedade, portanto nossos congressistas - creio que a maioria seja honesta - deveriam rejeitar a PEC e incentivar o seu trabalho.

TOCHITANE MITSU (gerente de restaurante) – Londrina

12 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Somos todos Josés

Flávio Montenegro Balan

No mês passado, perdemos dois amigos Josés. O professor José Monir Nasser nos deixou no dia 16 de março, com apenas 56 anos. Economista, consultor, escritor e profundo conhecedor da cultura ocidental, Monir era um modelo para todos nós que lutamos pelo desenvolvimento. Ele dizia: "Uma sociedade não pode ser rica antes de ser inteligente. Não pode existir uma economia realmente sólida e desenvolvida sem que haja uma elite cultural voltada para os bens espirituais, capaz de guiar, julgar e interpretar os esforços da comunidade".

Autor do livro "A Economia do mais", Monir foi sempre um defensor da verdadeira educação. Ele sempre alertava que não se deve confundir educação com ensino. Educação é a arte de despertar os mais nobres valores espirituais do ser humano. Ensino é uma estratégia para obtenção de diplomas, títulos e certificados profissionais. Educação se refere ao aprimoramento da alma. Ensino funciona como um mecanismo de reconhecimento social. Educação diz respeito à essência. Ensino se liga à aparência. Educação é conhecimento. Ensino pode ser um mero pedaço de papel. Educação, para o mestre Monir, envolvia acima de tudo os valores éticos cultivados pela civilização. "Só acidentalmente o ensino pode ser educação", dizia Monir.

O empresário londrinense José Luiz de Souza partiu tragicamente no dia 28 de março, em plena Quinta-Feira Santa. Foi baleado durante um assalto a sua empresa. Tinha apenas 53 anos. O crime comoveu e revoltou toda a cidade, não apenas pelo desfecho cruel, mas pela frieza com que a ação foi planejada. Entre os acusados de envolvimento com o crime, está uma jovem de 16 anos que trabalhava como funcionária na empresa de José Luiz. Outros dois acusados são menores de idade, entre eles o autor dos disparos que vitimaram o empresário.

O mais revoltante é saber que os envolvidos

com o crime logo estarão em liberdade. A Justiça, tão morosa em outras ocasiões, age rapidamente para libertar os jovens que cometem crimes. Alguma coisa está errada – ou com a lei, ou com a Justiça, ou com o discernimento das autoridades... No latrocínio que ceifou a vida de José Luiz, perdemos um colega, um amigo, um pai de família. Nossa formação cristã impede-nos de alimentar sentimentos de vingança, mas isso não quer dizer que vamos compactuar com a impunidade. E é exatamente isso que está acontecendo hoje: a impunidade! Jovens envolvidos com a morte de um ser humano ganham a liberdade quando os amigos e familiares da vítima ainda estão enxugando as lágrimas da perda.

A existência de problemas sociais não pode se transformar em desculpa para a impunidade de criminosos com menos de 18 anos

É óbvio que precisamos unir esforços para atender a famílias desestruturadas e carências sociais que acabam lançando jovens no mundo da criminalidade. Não podemos confundir pobreza ou mesmo miséria com criminalidade: seria uma grande injustiça com a imensa maioria de pobres e miseráveis que levam a vida com honestidade. Mesmo assim, é preciso reconhecer que uma ação direta com as famílias em situação de risco ajudaria a diminuir o problema da criminalidade na juventude. Esses jovens precisam de educação – a verdadeira educação que o professor Monir sempre defendeu.

Porém, a existência de problemas sociais não pode se transformar em desculpa para a impunidade de criminosos com menos de 18 anos. Os jovens que assaltaram José Luiz de Souza tinham plena consciência do mal que estavam cometendo. A sociedade clama por mudanças na legislação a fim de que a minoridade penal deixe de ser um escudo que protege criminosos e impede a justa punição dos malfeitos. É preciso mudar a lei – agora! Até quando vamos continuar enterrando os mortos e chorando por nossos Josés?

FLÁVIO MONTENEGRO BALAN
é presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil)

12 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Criação de tribunais sofre resistência no Congresso Nacional

Com a simpatia do governo federal, integrantes do PMDB vão tentar evitar que emenda seja promulgada

Argumento é o de que projeto de ampliação de tribunais regionais federais de cinco para nove é inconstitucional

Em uma operação que conta com a simpatia do Palácio do Planalto, integrantes do PMDB vão tentar barrar no Congresso a criação de mais quatro TRFs (Tribunais Regionais Federais) no país.

A ideia dos peemedebistas —que agrada ao governo pois evitaria o alto custo previsto com a ampliação da Justiça Federal— é apresentar um parecer jurídico mostrando que a Proposta de Emenda à Constituição aprovada no início do mês é inconstitucional.

Segundo essa interpretação, a iniciativa da criação de tribunais teria que partir do Judiciário, argumento também defendido pelo governo.

O texto que passou na Câmara e no Senado foi apresentado em 2002 pelo então senador Arlindo Porto (PTB-MG).

Com isso, o Congresso não promulgaria a emenda, o que a impediria de entrar em vigor.

A manobra é rara. Um dos únicos registros de não promulgação pelo Congresso ocorreu em 2008, na emenda que mudava a composição da Câmara dos Vereadores do país. Na ocasião, a Câmara dos Deputados se recusou a assinar a proposta por discordar das mudanças feitas pelos senadores.

IMPACTO

O texto aprovado pelos congressistas não traz os custos nem a quantidade de cargos necessários para a abertura dessas novas cortes.

Hoje existem cinco TRFs. A emenda prevê a criação, em seis meses a partir da promulgação, de mais quatro, com sede em Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e Salvador.

Uma avaliação preliminar, feita por técnicos do Legislativo indica que seria necessária a criação de pelos menos 10 mil vagas.

As previsões de impacto financeiro anual variam. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, diz que eles custarão R\$ 8 bilhões. As entidades classistas falam em R\$ 1 bilhão.

A aprovação da PEC foi duramente criticada pelo presidente do STF, que acusou dirigentes das principais entidades de magistrados do país de trabalhar de forma sorrateira para aprovar a proposta.

Durante a tramitação da PEC dos tribunais, diversos congressistas alertaram que a proposta feria a Constituição —mas a pressão dos deputados e senadores favoráveis à criação dos órgãos garantiu a sua aprovação.

“A Constituição fala que a criação e extinção de tribunais inferiores só pode ser feita por projeto de lei de autoria do Superior Tribunal de Justiça. Isso faz parte da in-

dependência do Poder Judiciário”, disse o senador Pedro Taques (PDT-MT), que é procurador de Justiça.

Representantes de Estados beneficiados com a criação dos tribunais, ao contrário, afirmam ser competência do Congresso alterar a Constituição mesmo nos temas de interesse de um outro Poder.

O grupo vai pressionar o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a promulgar a matéria.

“A PEC não é inconstitucional, cabe ao parlamentar alterar a Constituição”, disse Sérgio Souza (PMDB-PR).

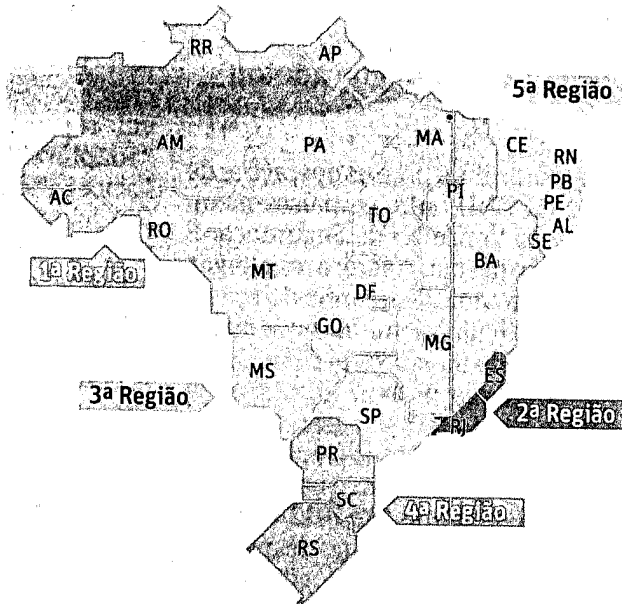
CONTINUA

12 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

COMO É



PROJETO

Visando consertar o gargalo nos TRFs, há mais de dez anos setores do Judiciário defendem uma emenda que prevê a criação de quatro novos TRFs, além dos cinco existentes



APROVAÇÃO

Na semana passada, o Congresso aprovou o projeto. Para cada novo tribunal, será necessário também instalar outros órgãos da Promotoria



CRISE

Enquanto as entidades de classe comemoravam, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, criticou duramente a mudança em um encontro com juízes



REAÇÃO

As associações reagiram, dizendo que ele expôs sua opinião de forma "grosseira e inadequada"

IMPACTO FINANCEIRO

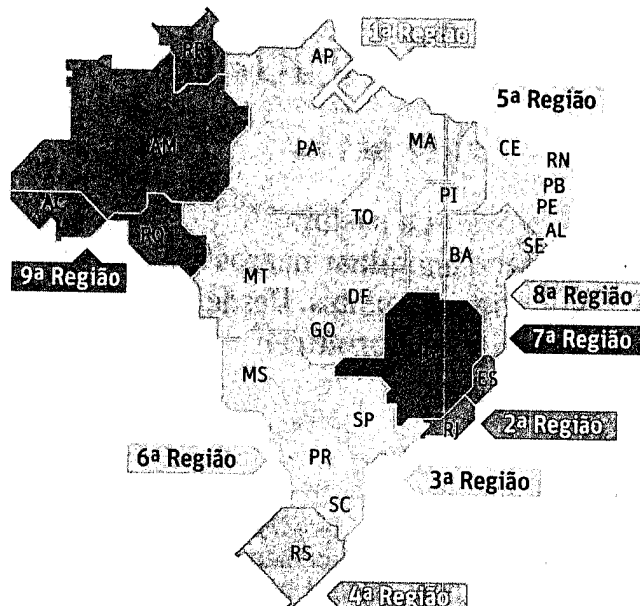
R\$ 8 bi/ano

é quanto o presidente do STF, Joaquim Barbosa, diz que as mudanças custarão

R\$ 1 bi/ano

é a estimativa feita pelos membros de entidades de classe e pelo CNJ

COMO PODE FICAR



OS PRÓS

Quem é a favor da mudança argumenta que a criação dos tribunais diluirá o volume de trabalho nos TRFs, acelerando os processos e facilitando a vida do cidadão



OS CONTRAS

Já aqueles contrários à novidade dizem que as despesas, que não estão previstas na emenda à Constituição que criou os tribunais, serão aumentadas

Fontes: Justiça em Números (CNJ) e Ajufe

CONTINUA

12 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

AMPLIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

Como surgiu a discussão sobre os novos Tribunais Regionais Federais



GÊNESE DO PROBLEMA

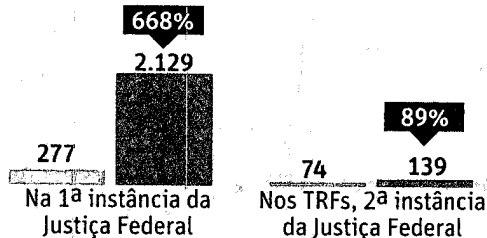
Entidades de classe e setores do Judiciário há anos reclamam que os desembargadores dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) enfrentam volume excessivo de trabalho



A Justiça Federal possui poucos magistrados em sua 2ª instância, em comparação com a 1ª...

Número de magistrados

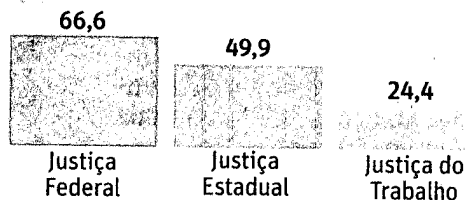
■ 1989 ■ 2013 ■ Crescimento



... Por causa disso, os TRFs não conseguem resolver todos os casos que chegam a eles, causando atrasos

Taxa de congestionamento

Percentual dos casos não resolvidos durante o ano, na 2ª instância



O QUE SÃO OS TRFs

> Órgãos da 2ª instância da Justiça Federal responsáveis por casos envolvendo a União e por crimes políticos ou contra o sistema financeiro, por exemplo

12 ABR 2013
FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Maioridade penal

SÃO PAULO - Como sempre ocorre quando um menor comete um homicídio bárbaro, cerca de dois terços da população erguem a voz para pedir a redução da maioridade penal. Compreendo a revolta, mas não me incluo nessa robusta maioria.

É claro que os 18 anos encerram algo de arbitrário. Se quiséssemos fugir aos caprichos do legislador e adotar uma regra informada pela ciência, teríamos, na verdade, de empurrar o limite para além dos 20 anos, que é quando amadurece o córtex pré-frontal, área do cérebro responsável por tomar decisões complexas e controlar a impulsividade.

Uma medida dessa natureza, porém, não contribuiria para manter a coesão social, o que a torna impraticável. Já que a arbitrariedade é inescapável, por que não ouvir o apelo da população e reduzir a maioridade? Se o jovem de 16 anos já pode votar e fazer sexo, por que não haveria de responder criminalmente por seus atos?

Se estivéssemos criando um corpo jurídico a partir do nada, eu não me oporia muito a estabelecer o limite mais baixo ou mesmo permitir que o tribunal determinasse a capacidade penal de cada acusado, independentemente de sua idade cronológica. A questão é que não estamos partindo do zero. Ao contrário, estamos discutindo modificações num sistema já estabelecido e, se há uma receita para piorá-lo, é ceder à tentação de legislar sob forte impacto emocional.

Já fizemos isso com a chamada Lei dos Crimes Hediondos (nº 8.072/90) e o resultado foi uma peça que se choca com os princípios mais básicos do direito penal e com a própria Constituição. O STF teve até de anular um de seus dispositivos.

Supondo que a maioridade baixe para 16, o que faremos quando um garoto de 15 matar alguém? Reduziremos o limite para 14, ou 10?

O direito moderno começa a se distinguir melhor da velha vingança quando considerações racionais passam a preponderar sobre as emoções, por mais justas que sejam.

12 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO
'SALVE JORGE'
NA REAL

O número de vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual ou trabalho escravo atendidas no Estado de São Paulo aumentou 44% no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2012. Os dados são da secretaria estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania.

NA REAL 2

De janeiro a março, foram registrados 11 casos com 85 vítimas atendidas pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, contra nove casos com 59 vítimas nos três primeiros meses do ano passado.

NA REAL 3

Segundo a secretaria, o aumento de denúncias pode ser reflexo de um maior conhecimento do problema, graças à ampla abordagem do tema pela novela "Salve Jorge", da TV Globo, "o que acaba despertando a população para a ação das máfias que comercializam pessoas".

PAINEL

Efeito Dirceu

Prestes a definir o novo ministro do STF, o Planalto já trabalha com a perspectiva de que o substituto de Ayres Britto enfrentará dura sabatina do Senado. Auxiliares de Dilma entendem que, após a entrevista de José Dirceu, parlamentares cobrarão detalhes da triagem para o posto. A ordem é disseminar entre congressistas que Rosa Weber e Teori Zavascki foram escolhas "acima de qualquer suspeita" e Luiz Fux, nas palavras de um interlocutor, "uma herança do governo Lula".

MÔNICA BERGAMO

ARQUIVO

Advogados do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos entraram com habeas corpus para trancar inquérito policial contra o cineasta Silvio Tendler. Ele é acusado pelo Clube Militar de "constrangimento ilegal". Teria jogado tinta vermelha e gritado palavras que foram consideradas ofensivas como "abaixo a ditadura militar" numa manifestação contra o golpe de 1964 que ocorreu em frente à entidade.

EM CASA

Detalhe: o cineasta, que assina clássicos como "Os Anos JK" e "Jango", estava em cadeia de rodas, acabou de passar por delicada cirurgia, chegou a sofrer um infarto e sequer estava no local da manifestação.

12 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Advogado acusa grupo paulista de armar para médica

Empresários teriam interesse em comprar Hospital Evangélico

O advogado Elias Mattar Assad, que representa a médica Virgínia Soares de Souza, acusada de matar pacientes em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), do Hospital Evangélico, em Curitiba, entregou ontem à Justiça a defesa preliminar da médica. Assad anexou duas cartas, escritas por uma pessoa que reside em São Paulo, que acusam um grupo paulista de educação de ensino superior de articular o escândalo. A intenção era provocar um escândalo e assim adquirir a instituição a baixo custo.

O advogado ainda solicitou uma comissão de peritos técnicos, a im-



A compra do Hospital Evangélico seria a causa das acusações

pugnação dos prontuários e a exumação de todos os cadáveres citados no processo.

“Vamos pedir a exumação de todos. Porque só assim poderemos provar a inexistência de fato

criminoso. A pessoa que faleceu, faleceu daquele problema que ela tinha, da causa deletéria do próprio mal que padecia”, argumentou o advogado.

Virgínia Soares de Souza foi presa em 19 de

fevereiro deste ano. Ela e mais sete pessoas foram acusadas pelo Ministério Público de homicídio com duas qualificações e formação de quadrilha, sendo que cinco chegaram a ser presas.

Prefeitura diz que pendências financeiras são maiores da história

Procurador formalizou o pedido de investigação ao MP

O procurador-geral do município de Curitiba, Joel Macedo Neto, entregou ontem ao procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, relatório que aponta uma dívida total de R\$ 571,1 milhões deixada pela gestão anterior, dos quais a maior parte (R\$ 403 milhões) não tem previsão orçamentária. É o maior volume de pendências financeiras e orçamentárias da história de Curitiba. A mesma documentação será encaminhada aos Tribunais de Contas do Paraná e da União, ao Ministério Público Federal e à Câmara Municipal de Curitiba, para que apurem se houve atos ilícitos.

Dos R\$ 571,1 milhões de dívidas deixados pela gestão encerrada em dezembro, R\$ 167,4 milhões configu-



Joel Macedo apresentou ao procurador-geral a denúncia contra ex-prefeito

ram os chamados restos a pagar. São despesas previstas no orçamento 2012, mas que não foram pagas e cuja quitação ficou para 2013. Desse total, a Prefeitura já

pagou R\$ 74,4 milhões, e ainda faltam R\$ 92,9 milhões – valor que será pago durante o exercício de 2013.

O maior volume, porém, sequer foi incluído no

orçamento. São R\$ 403 milhões, dos quais foram pagos até agora R\$ 54,09 milhões, cobertos com o crédito especial aprovado pela Câmara Municipal em fevereiro.

Ducci afirma que Fruet manipulou números

Em razão de acusações apresentadas pela atual administração municipal, o ex-prefeito Luciano Ducci lançou nota para contestar os números apresentados pela administração Gustavo Fruet. "Quando tomou posse como prefeito, Gustavo Fruet encontrou o município com R\$ 416 milhões em caixa. Esses números são oficiais e foram apresentados publicamente pela atual secretária de Finanças do município, Eleonora Fruet, irmã do atual prefeito, na Câmara Municipal, no dia 27 de fevereiro passado. O

atual prefeito, no entanto, omite essa informação em todas as entrevistas como estratégia de maquiar os números e confundir a opinião pública".

Ducci diz ainda que "a atual administração passou os últimos 90 dias apresentando versões diferentes. Só nesta semana, foram dois números contraditórios em relação aos restos a pagar. O atual prefeito, em entrevistas à imprensa, na última terça-feira (9), anunciou R\$ 350 milhões de dívidas sem previsão no orçamento. Dois dias depois, nesta quinta-feira (11), um novo

valor de R\$ 403 milhões foi divulgado pelo procurador geral do município, Joel Macedo Neto, durante entrevista coletiva".



Ducci acusa o prefeito de tentar manipular opinião pública

12 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Barbosa diz que publicar
acórdão é prioridade



Barbosa não pretende atender
aos apelos dos advogados de defesa

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, afirmou ontem que sua "preocupação número 1" é publicar o acórdão do julgamento do processo do mensalão. Ele deu a resposta ao ser questionado sobre se levaria para análise dos demais ministros pedido dos advogados de defesa para ampliar o prazo para recorrer.

"Minha preocupação número um com esse processo é publicar. Só não foi publicado ainda porque é grande e o serviço do tribunal não tem capacidade, agilidade de fazê-lo de um dia para outro", respondeu Barbosa após sessão plenária desta quinta.

Advogados pediram que o plenário amplie o prazo de 5 para 20 ou 30 dias em razão do tamanho do processo, mas Joaquim Barbosa não levou a ação para deliberação do plenário e nem decidiu todos os pedidos.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AROLD MURÁ 12 ABR 2013

NO EVANGÉLICO, TUDO COMEÇOU COM "TRÊS MOSQUETEIROS"...

A revista Veja, desta semana, deve estar bem informada quando diz que é o deputado federal do Paraná, André Zacharow (PMDB), que paga os honorários do advogado Elias Mattar Assad, defensor da médica Virgínia Soares, indiciada pela polícia por supostos crimes de "antecipação" de óbitos na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba. A afirmação está na página 83 da edição que tem data de 10 deste abril.

A Veja diz ainda, explicando o alegado envolvimento do deputado Zacharow: "O deputado Zacharow comandou o Hospital Evangélico por mais de vinte anos e é velho amigo de Virgínia".

Explicuemos: a atual direção da SEB, a Sociedade Evangélica Beneficente, mantenedora do Hospital Evangélico – além da Faculdade Evangélica do Paraná – pegou o bonde do caos administrativo andando. O furo de caixa andava, quando assumiu a SEB, coisa por volta de R\$ 260 milhões.

Os atuais dirigentes, sob a presidência de João Jaime Ferreira, assumiram a SEB no começo do ano passado, já no rescaldo do grande escândalo nacional que foi a incorreta (para dizer o mínimo) aplicação de R\$ 3 milhões de verbas (emendas orçamentárias destinadas por Zacharow) em supostos "cursos para formação de guias turísticos", estilo 'vapt-vup', de poucas horas de aulas on line.

As investigações do Tribunal de Contas da União (TCU) concluíram que a SEB, então sob influencia do deputado (que até então mantinha ingerência muito forte na SEB, por meio de prepostos) não fora correta na aplicação do dinheiro público. E assim a instituição foi condenada: não mais pode receber recursos da União, a não ser para aplicação direta no Hospital. A condenação permanece.

... A CONDENAÇÃO DO TCU LEVANTOU O VÉU DE IRREGULARIDADES...

A SEB e o Hospital, então, ficaram sob o estigma da irregularidade.

A encrenca foi tão grande, é bom lembrar, que toda a rede de igrejas (são onze) que dava apoio ao grupo do deputado tentou a solução João Jaime, contador, um presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil. Não pertence ao grupo Zacharow. É considerado um cidadão acima de qualquer suspeita e alguém "que encara a carga espinhosa como missão cristã", diz à coluna um conselheiro da SEB, pertencente a outro ramo dos presbiterianos, a Igreja Presbiteriana Independente.

A propósito é bom registrar: o grande movimento de inconformismo contra o estado de coisas reinante na SEB, e que redundou na eleição do grupo anti-Zacharow, foi detonado por três pastores de igrejas históricas, membros do Conselho da Sociedade Evangélica Beneficente, mantenedora do Hospital Evangélico, dentre outras obras. São eles, o reverendo Jean Carlos Selleti e presbítero Luiz Morosini (Igreja Presbiteriana Independente) e reverendo Rogério Barroso (Igreja Congregacional do Brasil).

... DECIDIDOS, OS TRÊS PERTENCEM A PEQUENAS IGREJAS...

Os três pertencem a denominações que podem ser consideradas

minúsculas diante de enormes congregações evangélicas com direito a voto na SEB e que vinham, havia anos, apoiando Zacharow e seu grupo. Dentre elas, as Igrejas Batista, Evangelho Quadrangular e Assembleia de Deus. São igrejas "gigantes" pelo número de membros que aglutinam.

"Eles foram os três mosqueteiros, perceberam o caos reinante e as enormes dívidas crescentes, e não aceitaram compactuar com o erro", diz à coluna um antigo funcionário do Hospital Evangélico. Trata-se de um daqueles poucos que, no entendimento mais ou menos geral na SEB, conhece todos os labirintos do Hospital, e sabe apontar as saídas. Além disso, conhece – com minúcias – certas irregularidades que lá foram praticadas, geradoras da crise, como o enorme passivo financeiro recebido por João Jaime e seus pares.

... O TRIO TOMOU POR BASE O QUE ACONTECEU EM LONDRINA...

Na verdade, quando Jean, Morosini e Rogério Barroso começaram a questionar os demais conselheiros, pedindo-lhes contas da verdadeira situação contábil do Evangélico, assessorando-se até de advogado que desmontara situação caótica semelhante, anos atrás, no Hospital Evangélico de Londrina, poucos acreditaram que teriam sucesso. Mas tiveram.

E o resultado está aí: a impressionante abertura para a verdade no HE pode – pode, é possível – ter desembocado em revelações surpreendentes, como o caso protagonizado por Virgínia Soares, já apelidada de "Doutora Morte". Um apelido que pode ser exagero ou maledicência, só o tempo dirá. Mas que o trabalho dos "Três Mosqueteiros" parece estar só no começo, isto parece...

E anote-se para a história: tudo na verdade foi detonado para a opinião pública, envolvendo-a, a partir de um manifesto dado a conhecer nos meios de comunicação, em dezembro de 2011, assinado pelos três religiosos protestantes. E que assim fizeram mais jus ainda ao nome que herdaram da herança calvinista-luterana.

12 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dr. Francisco Cunha

PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA GESTANTES: DIRETO POUCO CONHECIDO

Uma mulher grávida não precisa arcar sozinha com as despesas da gravidez. Criada em 5 de novembro de 2008, a Lei Federal nº 11.804 garante à gestante receber do pai uma pensão chamada de "alimentos gravídicos".

A ajuda financeira tem por finalidade cobrir despesas adicionais referentes ao período de gestação e que sejam dela decorrentes, a exemplo de uma alimentação especial, assistência médica (e eventualmente psicológica), exames complementares, internações, parto, medicamentos, entre outros. O avanço na garantia de direitos da mãe e da criança, porém, ainda é pouco conhecido.

Mesmo o pai não reconhecendo a paternidade, os alimentos gravídicos garantem à grávida todo o direito de ter uma gestação tranquila e segura. A tanto basta apresentar indícios que comprovem o relacionamento e a possível paternidade, tais como testemunhas, fotografias, trocas de mensagens, de e-mail, ou outras situações que comprovem a paternidade do suposto pai.

Alguns exemplos de decisões a respeito do tema:

CIVIL - ALIMENTOS GRAVÍDICOS - GESTANTE ADOLESCENTE DESEMPREGADA - NECESSIDADE E POSSIBILIDADE - FIXAÇÃO DO QUANTUM - ADEQUAÇÃO. 1. Os alimentos gravídicos (Lei 11.804/08) regem-se pelo binômio necessidade-possibilidade, segundo o qual, deve-se conjugar a necessidade do alimentado com a possibilidade do alimentante na fixação do valor. É certo que a prestação de alimentos não deve impor ao alimentante sacrifício que lhe comprometa a subsistência, todavia, ante a ausência de provas da impossibilidade alegada, deve-se manter o valor fixado pelo juiz. 3. Recurso conhecido e não provido. (Acórdão n. 584445, 20110610111335APC, Relator LEILA ARLANCH, 1ª Turma Cível, julgado em 03/05/2012, DJ 14/05/2012)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALIMENTOS GRAVÍDICOS - BINÔMIO NECESSIDADE X POSSIBILIDADE - VALOR - ARBITRAMENTO. 1. Na fixação de alimentos provisórios, mostra-se prudente fixar quantia razoável que seja compatível com as necessidades imediatas da gestante e nascituro e as possibilidades do alimentante. 2. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Acórdão n. 575113, 20110020207983AGI, Relator JOÃO MARIOSI, 3ª Turma Cível, julgado em 21/03/2012, DJ 30/03/2012)

ALIMENTOS GRAVÍDICOS. LEI Nº 11.804/08. DIREITO DO NASCITURO. PROVA. POSSIBILIDADE. 1. Havendo indícios da paternidade apontada, é cabível a fixação de alimentos em favor do nascituro, destinados à gestante, até que seja possível a realização do exame de DNA. 2. Os alimentos devem ser fixados de forma a contribuir para a manutenção da gestante, mas dentro das possibilidades do alimentante e sem sobrecarregá-lo em demasia. Recurso provido. (Agravo de Instrumento Nº 70045908373, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 31/10/2011)

12 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Réus ligados ao mensalão conseguem perdão judicial

Por terem colaborado com as investigações, a Justiça Federal em São Paulo concedeu perdão judicial a Lucio Bolonha Funaro e José Carlos Batista, réus em um processo desmembrado da Ação Penal 470, o processo do mensalão julgado no Supremo Tribunal Federal. O juiz substituto da 2ª Vara Federal Criminal em São Paulo, Márcio Ferro Catapani, reconheceu que os acusados cometeram crime de lavagem de dinheiro contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, porém, deixou de aplicar as penas previstas em lei por causa da delação premiada.

Durante as investigações do Ministério Público Federal, Lúcio Bolonha Funaro firmou acordo de colaboração com o MPF fornecendo documentos de transações e informações de sua empresa, que puderam demonstrar a prática de outros delitos.

O juiz estendeu os efeitos do acordo também ao acusado José Carlos Batista, por ter colaborado com esclarecimento da verdade. O

juiz observou em sua decisão que o próprio MPF pediu a concessão de perdão judicial em face do acordo de delação premiada.

Segundo o Ministério Público Federal, entre os anos de 2002 e 2003, os acusados, em associação com Valdemar Costa Neto, Jacinto Lamas e Antonio Lamas, criaram uma estrutura criminosa voltada à ocultação, dissimulação e movimentação de recursos oriundos de crimes contra a Administração Pública.

Ainda de acordo com a denúncia, a estrutura montada pelos réus permitia o repasse de valores a Valdemar Costa Neto, líder da bancada do Partido Liberal na época, advindos de pagamentos feitos por ordem dos líderes do Partido dos Trabalhadores.

Costa Neto foi condenado a sete anos e dez meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Penal 470. Jacinto Lamas, ex-secretário do PL, foi condenado a cinco anos de reclusão por lavagem de dinheiro.

12 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

UTI | Advogado de médica suspeita de homicídio solicita exumação de sete corpos e diz que houve "conspiração" pra atingir Hospital Evangélico

Defesa pede provas



Assad citou 64 testemunhas pra defender Virgínia.

O advogado Elias Mattar Assad entregou ontem no Tribunal do Júri a defesa preliminar da médica Virgínia Soares de Souza, acusada de antecipar mortes na UTI do Hospital Evangélico. No documento, Assad solicita a exumação dos sete corpos citados no processo contra a médica. Ele também sugeriu que as denúncias fazem parte de um complô com objetivos econômicos.

A intenção das exumações é comprovar a causa dos óbitos em cada caso. Nesta semana, a revista *Veja* divulgou a análise da Polícia Científica do Paraná, indicando que a médica assinou 346 prescrições de medicamentos na UTI entre janeiro de 2006 e 8 de fevereiro de 2013. Deste total, 317 pacientes morreram no mesmo dia. "Se precisar, vou pedir a exumação de todos os corpos para provar a inexistência do fato criminoso", afirmou Assad.

Testemunhas

Na defesa preliminar, o advogado citou 64 testemunhas para a defesa da médica. Não há prazo definido para que elas sejam ouvidas pelo juiz. O advogado ainda solicitou a impugnação de provas, entre elas as gravações e as informações dos prontuários médicos.

Assad lembrou a troca de uma palavra no inquérito, que chegou a constar o termo "assassinar", quando a gravação indicava a palavra "raciocinar". "Os prontuários foram apreendidos e não foram deixados os originais no hospital, o que leva a supor que os mesmos não merecem fé. Quem pode trocar termos poderá também alterar prontuários", avaliou o advogado.

Bomba

A defesa preliminar contém uma testemunha sigilosa, que seria o autor de duas cartas enviadas ao advogado. Os documentos relatam os bastidores das investigações policiais. Se-

gundo Assad, as cartas foram enviadas por uma pessoa de São Paulo, que teria o conhecimento do interesse de um grupo paulista do setor de educação superior interessado em entrar no segmento de saúde.

"A partir de 2010, montaram uma operação com o objetivo de adquirir de qualquer custo e até sem custo algum hospital em Curitiba, de preferência universitário. Escolheram o Evangélico como alvo", diz a testemunha no trecho da carta divulgada pela defesa da médica.

Segundo Assad, a carta diz que o grupo levantou todas as informações possíveis sobre o hospital. "Convergiram para um ponto de ódio e encontraram a doutora Virgínia, que tinha um temperamento forte e que trabalhava na UTI", afirmou o advogado.

12 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Crime I Ministério Público vai avaliar despesa de R\$ 571,1 milhões deixada pelo ex-prefeito. Valor não consta no orçamento

Dívida apurada

O procurador-geral do município, Joel Macedo Neto, entregou ontem ao Ministério Público relatório que apresenta dívida de R\$ 571,1 milhões deixada pela gestão do ex-prefeito Luciano Ducci. As informações serão investigadas pelo órgão público, que irá decidir se faz ou não denúncia sobre possíveis atos ilícitos nas despesas da cidade. O ex-prefeito nega as acusações, que considerou "sem fundamento".

Entre os R\$ 571,1 milhões devidos, apenas R\$ 167,4 milhões foram previstos no orçamento de 2013, chamado restos a pagar. Isto significa que a despesa estava no orçamento de 2012, mas como não foi paga durante a gestão passada, a quitação ficou para este ano. Deste valor pendente já foram pagos R\$ 74,4 milhões, restan-



Macedo Neto entrega relatório pra Giacoia.

do ainda R\$ 92,9 milhões a serem pagos durante o ano.

Porém, R\$ 403 milhões em dívidas não foram incluídas no orçamento deste ano, podendo configurar crime de responsabilidade fiscal, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe, nos dois últimos quadrimestres da gestão, a

contratação de despesas que não podem ser pagas neste período de oito meses ou que não tenham disponibilidade em caixa.

Crédito especial

De acordo com a prefeitura, são 2.295 despesas com 433 fornecedores que não foram

previstas. Parte da vívida, R\$ 54,09 milhões, foi para com o crédito especial aprovado pela Câmara de Curitiba no começo do ano. Para quitar o restante, será preciso novo crédito. "A situação encontrada exigiu que o prefeito ordenasse o corte de 15% nos gastos de custeio e a revisão de todos os contratos", avalia Macedo Neto.

Além de entregue ao procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, o relatório será encaminhado também aos Tribunais de Contas do Paraná e da União, ao Ministério Público Federal e à Câmara de Curitiba. De acordo com o documento, a dívida atual é considerada o maior volume de pendências financeiras e orçamentárias da história de Curitiba se comparadas a outras gestões. De 2004 para 2005 foram R\$ 41,6 milhões em pendências e R\$ 27,5 milhões entre 2008 e 2009.

Os dois podem ser punidos

Os crimes relacionados aos restos a pagar podem render punições tanto para o atual quanto para o ex-prefeito. O Código Penal prevê penalidades para autorização da inscrição em restos a pagar de despesas que não estavam previstas (detenção de seis meses a dois anos); contratação de despesas que não podem ser pagas durante os últimos oito meses de

gestão ou que não tenham disponibilidade em caixa (detenção de um a quatro anos); ou ainda o não cancelamento da dívida prevista em restos a pagar com valores superiores ao permitido por lei (reclusão de seis meses a dois anos).

O responsável pelo ato de improbidade administrativa fica ainda sujeito ao ressarcimento integral do dano, perda da função pública ou suspensão dos direitos políticos.

Ducci nega as acusações e acusa Fruet

Em nota, o ex-prefeito Luciano Ducci afirma que o prefeito Gustavo Fruet tomou posse com R\$ 416 milhões de disponibilidade de caixa do município. "Esses números são oficiais e foram apresentados publicamente pela atual secretária de Finanças do município, Eleonora Fruet. (...) O atual prefeito, no entanto, omite essa informação em todas as entrevistas como estratégia de maquiar os números e confundir a opinião pública", afirma.

Ducci argumenta ainda que suas prestações de contas foram encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado e que a regularidade das contas da administração também foi atestada pela Controladoria da Prefeitura. "A atual administração passou os últimos 90 dias apresentando versões diferentes. Só nesta semana, foram dois números contraditórios em relação aos restos a pagar!", rebateu ao citar duas entrevistas de Fruet, em que anunciou dívidas de 350 milhões sem previsão no orçamento e depois R\$ 403 milhões.

12 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas Precatórios

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, decidiu ontem que os tribunais de todo o País podem continuar pagando parceladamente os precatórios em execução antes de o STF proibir o parcelamento em 15 anos. Precatórios são títulos de dívidas que o governo emite para pagar quem vence na Justiça processos contra o poder público. O dinheiro é repassado aos Tribunais de Justiça, que liberam os valores aos credores.

Illegal

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse ontem, em São Paulo, que o seu ministério é contra a diminuição da maioria penal. Segundo Cardozo, no seu entendimento, a redução é inconstitucional.

12 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

CASO UTI DO EVANGÉLICO

Advogado entrega defesa e ANEXA CARTAS-BOMBAS

Elias Mattar Assad relacionou 64 pessoas como testemunhas e diz

“Com isto queremos evidenciar tecnicamente a inexistência dos fatos criminosos assestados contra a nossa cliente. Caso o MP pretenda discutir outras mortes neste processo já iniciado, terá que aditar a denúncia. Nesta hipótese o processo terá que recomeçar reabrindo os prazos para novas defesas preliminares”.

Falando com a imprensa na saída do Cartório Judicial, Assad voltou a dizer o que fala desde que assumiu o caso. Não houve crime, e que as pessoas que morreram na UTI investigada, morreriam em qualquer UTI do mundo. Assad relacionou na sua defesa 64 pessoas como testemunhas.

Outro ponto na defesa entregue por Assad é que a Justiça não considere os prontuários do período em que Virgínia esteve à frente da UTI do Evangélico e que foram levados do hospital sem deixar cópias. “Nosso temor é que se ‘falsificaram’ criminosamente a transcrição telefônica trocando os verbos ‘raciocinar’ por ‘assasinar’, qual a garantia de que não possam ter alterado os prontuários?”, indagou Assad.

ter uma delas como sigilosa

O erro de transcrição em uma das degravações feitas a partir de escutas autorizadas pela Justiça veio à tona pouco depois da prisão de Virgínia. Porém, o próprio documento policial corrigia esse erro páginas à frente, em adendo, reconhecendo o erro.

O advogado de defesa da médica Virgínia Helena Soares de Souza, Elias Mattar Assad, entregou a defesa de sua cliente no Cartório Judicial da Segunda Vara do Júri de Curitiba, ontem. Parte da defesa, Assad anexou duas cartas que, segundo contou, recebeu de uma pessoa de São Paulo e que conteria explicações para a razão da investigação. Virgínia é acusada de antecipar mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) que chefiava no Hospital Universitário Evangélico.

“A primeira (*das cartas*) narra os bastidores das investigações e a segunda cita alguns nomes. Divulgarei a primeira e manterei em sigilo no processo a segunda, arrolando o subscritor como testemunha sigilosa da defesa”, contou Assad por meio de sua conta no Facebook. Segundo o advogado, citando as cartas, o interesse de um grupo paulista em

comprar o Evangélico teria motivado as denúncias a fim de desacreditar o hospital e facilitar a negociação.

Essa pessoa que enviou as cartas ao advogado disse que pode ser uma testemunha no caso. Na carta apresentada por Assad, tal pessoa diz que faz parte do grupo mencionado, mas que não concorda com o que está acontecendo. A segunda carta, que também foi anexada à defesa, seria mais específica, e conteria nomes e dados sobre o assunto.

“Além de rebater a denúncia em todos os seus termos e insinuações, requeremos, entre outras diligências, produção de provas testemunhais, periciais, documentais e também exumação de todos os cadáveres mencionados nos óbitos para que os legistas possam colher materiais para exames”, continua Assad. A denúncia oferecida pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) aponta sete mortes na UTI chefiada por Virgínia com indícios de homicídio. São para estes casos que Assad pede a exumação.

12 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

TRÁFICO DE PESSOAS

CPI recebe provas no Paraná

O deputado federal pelo Paraná, Fernando Francischini, recebeu, ontem, na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, documentos que vão ajudar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas. Francischini, vice-presidente da comissão, recebeu cópia do depoimento e de documentos apreendidos na casa de um homem apontado como intermediador de adoções supostamente ilegais no Paraná.

O mandado de busca e apreensão foi cumprido na última terça-feira, por ordem da CPI. Os documentos ficarão sob responsabilidade de

Francischini, que juntamente com uma equipe, fará a análise de todo material. Também na terça-feira a CPI do Tráfico de Pessoas da Câmara dos Deputados ouviu, em Brasília, o depoimento do presidente de uma ONG que atuava na intermediação de adoções para o exterior.

Ele teria afirmado que a entidade parou de intermediar adoções internacionais em 1999, a partir da Convenção de Haia, que regulamenta essa atividade. Para Francischini, o depoimento foi cheio de contradições. “Estou surpreso e chocado que uma ONG que atuava ao que parece de

forma ilegal no Brasil tenha levado para o exterior 1.700 crianças brasileiras nos últimos 20 anos. Se ela não atuava mais desde 1999, como aconteceu o caso de São João do Triunfo, com a adoção de sete crianças através da ONG há sete anos?”, questiona Francischini.

A CPI deve vir ao Paraná na semana que vem. Os quinze deputados federais que acompanham as investigações da CPI virão ao Estado colher mais provas sobre o caso. Para Francischini, ainda é possível localizar e repatriar as crianças levadas ilegalmente para o exterior.

Retrocesso

A atuação de órgãos de controle de todo o País, como os Tribunais de Contas e o Ministério Público, sofrerá grande retrocesso caso seja aprovada a Proposta de Emenda Constitucional 37. A opinião é do procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Elizeu de Moraes Corrêa. A declaração foi dada na abertura da sessão plenária de ontem do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). “Ela vai reduzir em muito a investigação de delitos especiais mais graves, como os de natureza financeira”, sustentou. De autoria do deputado federal Lourival Mendes (PTdoB/MA), a PEC pretende restringir às Polícias Cíveis e Federal as atividades investigatórias criminais. De acordo com Corrêa, ambas as instituições não têm tempo nem recursos necessários para realizar sozinhas este trabalho. “Será um grande retrocesso para o País, abrindo um precedente gravíssimo para a atuação dos tribunais de contas”, destacou.